



# Programa **KWENDA**

≡ Relatório Anual  
**2024**





## ≡ FICHA TÉCNICA

### **Título**

Relatório Anual do Programa KWENDA 2024

### **Edição**

Instituto de Desenvolvimento Local-FAS

### **Criação Gráfica e Paginação**

Vitor M. Haimbodi Fernandes

### **Fotografias**

Instituto de Desenvolvimento Local-FAS

### **Impressão**

UNIMATER GRÁFICA, Lda.

Dezembro - 2025

### **Tiragem**

1 300 exemplares



	<b>FICHA DE IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA</b>	<b>8</b>
<b>1.</b>	<b>ENQUADRAMENTO DO PROGRAMA</b>	<b>9</b>
1.1.	Enquadramento Regional: Políticas Sociais em África	9
1.2.	Enquadramento Nacional: Evolução das Políticas de Protecção Social	11
1.3.	Alinhamento com o Quadro de Políticas	11
1.4.	Redireccionamento Estratégico do Programa	12
1.5.	Execução, Financiamento e Metas	12
1.6.	Relevância do Programa	13
1.7.	Abrangência geográfica	14
<b>2</b>	<b>DESEMPENHO DO PROGRAMA</b>	<b>16</b>
2.1.	Quadro de Indicadores e Metas	16
2.2.	Transferências Sociais Monetárias	18
2.2.1.	Cadastramento de Beneficiários	19
2.2.2.	Pagamento de Beneficiários	20
2.2.3.	Modalidades de pagamento	20
2.2.4.	Os desafios dos pagamentos	22
2.3.	Experiência piloto de TSM em zona urbana	25
2.3.1.	Resultados da experiência-piloto	26
2.3.2.	Principais lições aprendidas e recomendações	26
2.4.	Inclusão Produtiva	28
2.4.1.	Acções de carácter agrícola	30
2.4.2.	Acções de carácter pecuário	33
2.4.3.	Acções na área da apicultura	35
2.4.4.	Caixas comunitárias	35
2.4.5.	Acções de profissionalização a nível urbano	36
2.4.6.	Reflexão sobre as iniciativas de IP	37
2.5.	Municipalização da Acção Social	38
2.5.1.	Grupos minoritários beneficiários	43
2.5.2.	Desafios da Municipalização da Acção Social	44
2.5.3.	Agentes de Desenvolvimento Comunitário e Sanitário (ADECOS)	45
2.6.	Cadastro Social Único	50
2.5.1.	Remodelação e Repaginação do SIIPS	50
<b>3.</b>	<b>SALVAGUARDAS AMBIENTAIS E SOCIAIS</b>	<b>52</b>
3.1.	Reflexões sobre a área de Salvaguardas Ambientais e Sociais	55
<b>4.</b>	<b>EXECUÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>56</b>
<b>5.</b>	<b>PREPARANDO A SEGUNDA FASE DO KWENDA</b>	<b>58</b>

≡ LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1</b>	Quadro de Indicadores de Desenvolvimento do Programa	17
<b>Tabela 2</b>	Quadro de Indicadores Intermédios do Programa	18
<b>Tabela 3</b>	Número de agregados cadastrados	19
<b>Tabela 4</b>	Número de agregados pagos	20
<b>Tabela 5</b>	Número de agregados cadastrados e pagos em Cabinda	26
<b>Tabela 6</b>	Distribuição e reembolso de semente de feijão por época agrícola no Andulo	31
<b>Tabela 7</b>	Número de caprinos distribuídos e efectivo animal em 2024	34
<b>Tabela 8</b>	Número de CASI reabilitados e em funcionamento	39
<b>Tabela 9</b>	Número de pessoas que obtiveram Bilhete de Identidade	41
<b>Tabela 10</b>	Número de beneficiários de minorias étnicas na Região Sul	43
<b>Tabela 11</b>	Número de ADECOS a operar com o Programa KWENDA	46
<b>Tabela 12</b>	Número de entradas de pessoas vulneráveis migradas para o SIGAS	50
<b>Tabela 13</b>	Número de ocorrências e taxa de resolução pelo SPEREC	54
<b>Tabela 14</b>	Despesa anual do Programa	56
<b>Tabela 15</b>	Evolução de Despesas Anuais do Programa	57
<b>Tabela 16</b>	Despesas Acumuladas do Programa	57

≡ LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b>	Mapa da implantação do Programa KWENDA no território nacional	14
<b>Figura 2</b>	Sequenciação do processo das Transferências Sociais Monetárias	18
<b>Figura 3</b>	Valores acumulados movimentados por Modalidade e Agente de Pagamento	21
<b>Figura 4</b>	Sequência do processo das transferências sociais monetárias em zona urbana	25
<b>Figura 5</b>	Número de beneficiários com formação profissional em zonas urbanas	37

## ≡ LISTA DE ACRÓNIMOS

<b>ADECOS</b>	Agentes de Desenvolvimento Comunitário e Sanitário
<b>ADRA</b>	Acção para Desenvolvimento Rural e Ambiente
<b>AF</b>	Agregados Familiares
<b>AI</b>	Agência de Implementação
<b>AOA</b>	<i>Kwanza</i>
<b>ATM</b>	<i>Automatic Teller Machine</i> / Terminal de Pagamento Automático
<b>BI</b>	Bilhete de Identidade
<b>BIRD</b>	Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento
<b>BM</b>	Banco Mundial
<b>CASI</b>	Centro de Acção Social Integrado
<b>CICA</b>	Conselho de Igrejas Cristãs em Angola
<b>CSU</b>	Cadastro Social Único
<b>DPA</b>	Divisão Político-administrativa
<b>ENFOTESS</b>	Escola Nacional de Formação de Técnicos do Serviço Social
<b>EPI</b>	Equipamento de Protecção Individual
<b>ESS</b>	<i>Environmental Social Standard</i> / Norma Ambiental e Social
<b>FLM</b>	Federação Luterana Mundial
<b>GASFIG</b>	Gabinete Provincial de Acção Social, Família e Igualdade de Género
<b>GOA</b>	Governo de Angola
<b>GSP</b>	Grupo Solidário de Produção
<b>HIV</b>	<i>Human Immunodeficiency Virus</i> / Vírus de Imunodeficiência Humana
<b>IAA</b>	Igreja Anglicana de Angola
<b>IDL-FAS</b>	Instituto de Desenvolvimento Local-FAS
<b>INAPEM</b>	Instituto Nacional de Apoio às Micro, Pequenas e Médias Empresas
<b>INE</b>	Instituto Nacional de Estatística
<b>IP</b>	Inclusão Produtiva
<b>M&amp;A</b>	Monitoria e Avaliação
<b>MAS</b>	Municipalização da Acção Social
<b>MASFAMU</b>	Ministério da Acção Social Família e Promoção da Mulher
<b>MAT</b>	Ministério da Administração do Território
<b>MEP</b>	Ministério da Economia e Planeamento
<b>MINAMB</b>	Ministério do Ambiente
<b>MINFIN</b>	Ministério das Finanças
<b>MPGR/GRM</b>	Mecanismo de Participação e Gestão das Reclamações (SPEREC)
<b>NAS</b>	Norma Ambiental e Social
<b>OCB</b>	Organização Comunitária de Base
<b>ODS</b>	Objectivo de Desenvolvimento Sustentável
<b>OGE</b>	Orçamento Geral do Estado
<b>OIT</b>	Organização Internacional do Trabalho
<b>ONG</b>	Organização Não Governamental

<b>PAD</b>	<i>Project Appraisal Document</i> / Documento Inicial do Projecto
<b>PCAS</b>	Plano de Compromisso Ambiental e Social
<b>PFPS</b>	Projecto de Fortalecimento da Protecção Social
<b>PGAS</b>	Planos de Gestão Ambiental e Social
<b>PI</b>	Partes Interessadas
<b>PIB</b>	Produto Interno Bruto
<b>PNADECOS</b>	Programa Nacional de ADECOS
<b>PND</b>	Plano Nacional de Desenvolvimento
<b>ROT</b>	Recursos Ordinários do Tesouro
<b>QGAS</b>	Quadro de Gestão Ambiental e Social
<b>SAI</b>	Sistema Ambiental Integrado
<b>SEA</b>	<i>Simplified Environmental Assesment</i> / Avaliação Ambiental Simplificada
<b>SIGAS</b>	Sistema de Informação e Gestão da Acção Social
<b>SIIPS</b>	Sistema Integrado de Informação da Protecção Social
<b>SSO</b>	Saúde e Segurança Ocupacional
<b>TAS</b>	Triagem Ambiental e Social
<b>TSM</b>	Transferências Sociais Monetárias
<b>VBG</b>	Violência Baseada no Género

## ≡ FICHA DE IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA

<b>Título do Programa</b>	Programa de Fortalecimento da Protecção Social - KWENDA.
<b>Número de Referência</b>	P169779 [IBRD LOAN Nº 90020 – AO]
<b>País</b>	Angola.
<b>Custo Total do Projecto</b>	U\$ 420 000 000, dos quais: <ul style="list-style-type: none"> <li>• U\$ 320 000 000 - <i>financiamento do BIRD-Banco Mundial;</i></li> <li>• U\$ 100 000 000 - <i>financiamento do Governo de Angola.</i></li> </ul>
<b>Data de início</b>	16 de Julho de 2019.
<b>Data de encerramento</b>	31 de Outubro de 2023 (extensão proposta para Outubro de 2024)
<b>Províncias abrangidas</b>	Dezoito (18) Províncias.
<b>Municípios abrangidos</b>	94 Municípios (328 Comunas e 15 375 aldeias/bairros)
<b>Descrição do Programa</b>	O Programa pretende contribuir na implementação de medidas de mitigação da pobreza, de curto e médio prazo, do Sector de Protecção Social que: (i) permitam aumentar a capacidade aquisitiva e financeira das famílias (fornecendo um apoio em renda para famílias pobres em áreas seleccionadas de Angola) e que (ii) ajudem a estabelecer um Sistema Nacional de Protecção Social eficaz.
<b>Beneficiários</b>	<p><b>Transferências Sociais Monetárias:</b> 1 608 000 agregados pagos</p> <p><b>Inclusão Produtiva:</b> 53 722 pessoas beneficiárias</p> <p><b>Municipalização da Acção Social:</b> 600 000 pessoas beneficiárias</p> <p><b>Cadastro Social Único:</b> Disponível na base de dados da Protecção Social dados de 5 000 000 de pessoas provenientes do KWENDA.</p>
<b>Componentes</b>	<p><b>Componente 1 - Transferências Sociais Monetárias (TSM)</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Cadastramento e validação de agregados familiares.</li> <li>• Pagamento dos agregados familiares.</li> </ul> <p><b>Componente 2 - Inclusão Produtiva (IP)</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Identificação e selecção de beneficiários.</li> <li>• Acordos com ONG implementadoras.</li> </ul> <p><b>Componente 3 - Municipalização da Protecção Social</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Estratégia de comunicação para programas da rede de protecção social.</li> <li>• Apoio ao estabelecimento de um sistema eficaz de redes básicas de protecção, fortalecendo a coordenação dos sectores sociais e o acesso dos beneficiários a transferências de renda e ao serviço de desenvolvimento humano (CASI).</li> </ul> <p><b>Componente 4 – Reforço do Cadastro Social Único</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Inclusão de entradas de beneficiários do KWENDA no SIIPS - no Cadastro Social Único.</li> </ul>

## 1. ENQUADRAMENTO DO PROGRAMA

Angola enfrenta desafios persistentes de pobreza multidimensional, especialmente em zonas rurais, com acesso limitado a serviços sociais básicos, desigualdade de género e altas taxas de dependência económica. A ausência de uma rede de protecção eficaz para populações fora do sistema contributivo exige instrumentos adaptados à realidade nacional, sustentáveis e de impacto comprovado. As transferências sociais monetárias, conforme demonstrado em diversos contextos geográficos ao redor do mundo, revelam-se instrumentos eficazes para reduzir vulnerabilidades, promover a inclusão social e consolidar a confiança dos cidadãos nas instituições públicas.

O Programa KWENDA<sup>1</sup>, lançado pelo Governo de Angola, é uma resposta estruturada à elevada incidência de pobreza e vulnerabilidade social no país. Inserido no sistema nacional de protecção social não contributiva, o Programa visa apoiar famílias que não têm acesso à protecção social formal, através de transferências sociais monetárias, inclusão produtiva e descentralização da acção social.

O Programa tem como principal eixo as Transferências Sociais Monetárias, que funcionam como um mecanismo básico de apoio às famílias, promovendo a sua inclusão social. Além disso, o KWENDA inclui duas componentes complementares: a Inclusão Produtiva, que apoia actividades geradoras de renda, e a Municipalização da Acção Social, que fortalece a capacidade dos municípios na gestão dos serviços sociais. Evidências internacionais demonstram que a combinação entre estas três componentes tem um impacto positivo na redução da pobreza, melhoria da educação, saúde e no desenvolvimento económico das comunidades.

Enquanto programa de protecção social extensivo à totalidade do território, o KWENDA é uma experiência ainda recente no contexto angolano. Contudo, representa um avanço importante no fortalecimento dos sistemas de protecção social no país, alinhando-se às boas práticas observadas em outras nações africanas.

### 1.1. Enquadramento Regional: Políticas Sociais em África

A protecção social tem vindo a ganhar crescente destaque na agenda de desenvolvimento africana, especialmente após a adopção da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, que estabelece 17 Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), aos quais Angola aderiu. Entre os ODS, o Objectivo 1 (Erradicação da Pobreza) e o Objectivo 10 (Redução das Desigualdades) destacam o papel central da protecção social como instrumento essencial para assegurar o bem-estar, promover a equidade e fomentar o desenvolvimento inclusivo.

Desde a Conferência Intergovernamental sobre Protecção Social, realizada em Livingstone (Zâmbia), em 2006, os países africanos têm sido incentivados a construir sistemas de protecção social abrangentes, sustentáveis e institucionalizados. Essa conferência reconheceu a ineficácia de modelos de ajuda pontuais e fragmentados que prevaleceram nas décadas anteriores e lançou as bases para políticas públicas mais estruturadas, orientadas para a redução da pobreza e da vulnerabilidade a longo prazo<sup>2</sup>.

Até 2020, os programas de transferências sociais monetárias ainda eram relativamente limitados na África Subsaariana, mas a pandemia de COVID-19 funcionou como um acelerador sem precedentes. Dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e do Banco Mundial mostram que, entre 2020 e 2022, foram lançadas mais de 3 800 medidas de protecção social no mundo, sendo 61 por cento não contributivas, com foco em populações informais e vulneráveis. As transferências monetárias representaram 26 por cento do total, beneficiando cerca de 1,36 mil milhões de pessoas. Estima-se que cerca

<sup>1</sup> O primeiro programa de transferências sociais monetárias com intervenção bancária em Angola foi o 'Valor Criança', lançado, em 2019, pelo Ministério da Acção Social, Família e Promoção da Mulher (MASFAMU) – financiamento da União Europeia (UE) e apoio técnico do UNICEF.

<sup>2</sup> *Social cash transfer for Africa – a transformative agenda for the 21st century, Intergovernmental regional conference report*, Livingstone, Zambia, 2-23 March 2006. Disponível em: <https://www.helpage.org/silo/files/social-cash-transfers-for-africa-a-transformative-agenda-for-the-21st-century.pdf>

de 10 por cento destes beneficiários estavam em África<sup>3</sup>, embora a cobertura permanecesse desigual entre os países.

Casos como Gâmbia e Sudão demonstraram forte capacidade de resposta, cobrindo mais de 20 por cento da sua população com TSM durante a crise pandémica. No Togo, a criação do Programa Novissi (totalmente digital, baseado em registos móveis) destacou-se como exemplo inovador de resposta rápida à crise, dirigido a trabalhadores informais. Na África do Sul, os programas emergenciais foram posteriormente prorrogados, com indicações de que poderão tornar-se permanentes no sistema nacional de protecção social<sup>4</sup>.

Com estes desenvolvimentos, a cobertura de programas de transferências monetárias em África aumentou significativamente. De acordo com um estudo da G2P Network (2023)<sup>5</sup>, existem cerca de 130 programas não contributivos de transferências monetárias operacionais em 44 países da África Subsaariana, a maioria incondicionais, comparados com 25 países em 2005. Este avanço demonstra o reconhecimento crescente da TSM como um instrumento eficaz para mitigar a pobreza, reduzir desigualdades e promover o capital humano.

Contudo, os desafios estruturais ainda são profundos. De acordo com o Relatório Mundial sobre Protecção Social 2020–2022<sup>6</sup> da OIT:

- Apenas 17,4 por cento da população africana beneficia de, pelo menos, um tipo de protecção social;
- A despesa pública média em protecção social (excluindo pensões) é de apenas 3,9 por cento do PIB, muito abaixo da média mundial (12,9 por cento);
- O financiamento continua fortemente dependente de apoio externo, o que compromete a sustentabilidade a longo prazo.

A Agenda 2063 da União Africana, documento estratégico para o desenvolvimento continental, estabelece como meta que os países africanos destinem pelo menos 5 por cento do PIB à protecção social. O relatório também aponta que a África enfrenta o maior défice de financiamento global para alcançar a cobertura universal de protecção social — sendo necessário um aumento de cerca de 17,6 por cento do PIB anual para garantir o chamado “piso mínimo de protecção social”, conforme recomendado pela OIT<sup>7</sup>.

Apesar desses avanços, a cobertura da protecção social em África ainda é limitada: apenas 17,4 por cento da população beneficia de, pelo menos, um apoio, segundo o Relatório Mundial sobre Protecção Social 2020–2022. A despesa pública em protecção social contributiva também é baixa (3,9 por cento do PIB), o que revela a necessidade urgente de reforçar os mecanismos não contributivos, de modo a responder ao aumento da pobreza extrema na África Subsaariana, onde mais de 140 governos da região se comprometeram a executar mais programas de TSM<sup>8</sup>.

<sup>3</sup> UNICEF (2021). *A Lifeline for Children and Economies in Sub-Saharan Africa in 2021*. UNICEF Eastern and Southern Africa Regional office, Social Policy Working Paper, January 2021. Disponível em: <https://www.unicef.org/esa/documents/cash-transfers-lifeline-children-and-economies-sub-saharan-africa-2021>

<sup>4</sup> Senona, Torkelson e Zembe (2021). *Social Protection in a Time of Covid*, The Black Sash, July 2021. Disponível em: <https://infospace.mrc.ac.za/server/api/core/bitstreams/1be21fef-9fe2-4688-832e-7ef6970a0dc1/content>

<sup>5</sup> G2P Network (2023). Disponível em: [Social Cash Transfer Payment Systems in sub-Saharan Africa - G2P Network](#)

<sup>6</sup> OIT (2021). *Relatório Mundial sobre Protecção Social 2020–22*. Disponível em: <https://www.ilo.org/pt-pt/publications/relatorio-mundial-sobre-protecao-social-2020-22-protecao-social-numa>

<sup>7</sup> ILO (2024). *World Social Protection Report 2024–2026, Universal social protection for climate action and a just transition*. Disponível em: <https://www.ilo.org/publications/flagship-reports/world-social-protection-report-2024-26-universal-social-protection-climate>

<sup>8</sup> UNICEF (2021). *Ibidem*.

Indicador	África	Média Global
Cobertura da população com, pelo menos, um benefício de protecção social	17,4%	46,9%
Despesa pública em protecção social (excluindo pensões)	3,9% do PIB	12,9%
Países com programas de TSM	46 (2022)	—
Déficit de financiamento para alcançar cobertura universal	17,6% do PIB	—

Fonte: OIT – *World Social Protection Report 2020–22*

## 1.2. Enquadramento Nacional: Evolução das Políticas de Protecção Social

O Programa de Fortalecimento da Protecção Social – KWENDA é uma iniciativa estruturante do Governo de Angola, inserida no âmbito das reformas do Sistema Nacional de Protecção Social, conforme definido no Decreto Presidencial n.º 125/20, de 4 de Junho. O Programa tem como objectivo central reforçar a capacidade institucional do sector da protecção social, mediante a implementação de medidas eficazes de mitigação da pobreza, com impacto tanto a curto, como a médio prazo.

Neste contexto, o KWENDA visa aumentar a capacidade financeira e produtiva das famílias em situação de pobreza extrema, através de apoio directo em renda e promoção da sua inserção em actividades geradoras de rendimento. Ao mesmo tempo, o Programa contribui para o desenvolvimento de um sistema nacional de protecção social moderno, eficaz e inclusivo, orientado para resultados e centrado nas populações mais vulneráveis.

O KWENDA actua no domínio da protecção social não contributiva, com especial foco em dois mecanismos principais: as Transferências Sociais Monetárias (TSM), para apoio financeiro directo às famílias e a Municipalização dos Serviços Sociais (MAS), uma oferta descentralizada e acessível de serviços de protecção social. Ambos os mecanismos buscam garantir o acesso equitativo a serviços sociais essenciais, gratuitos ou de baixo custo, para populações fora do sistema contributivo formal.

A coordenação estratégica do Programa é assegurada por uma Comissão Intersectorial, liderada pela Ministra de Estado para a Área Social e composta pelos titulares das pastas da Acção Social, Família e Promoção da Mulher, Administração do Território, Finanças, Economia e Planeamento. A implementação técnica e operacional está a cargo do Instituto de Desenvolvimento Local-FAS – uma agência pública com autonomia administrativa e financeira, cuja missão é promover o desenvolvimento sustentável das comunidades, em articulação com outras iniciativas de combate à pobreza.

## 1.3. Alinhamento com o Quadro de Políticas

O Programa KWENDA tem como objectivo central garantir o apoio em renda a famílias em situação de pobreza em zonas previamente seleccionadas, ao mesmo tempo que contribui para a construção de um sistema permanente e eficaz de Segurança Social em Angola. A sua concepção está fortemente alinhada com o Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) 2018–2022, em particular com o Objectivo Programático 1.5, que trata da protecção social, do desenvolvimento local e do alívio da pobreza, inserido no Eixo Estratégico 1 – Desenvolvimento Humano e Bem-Estar Social.

Um dos pilares estruturantes do Programa é o Cadastro Social Único (CSU), cuja consolidação é essencial para a planificação e gestão integrada das políticas sociais. O KWENDA prevê contribuir para o reforço do CSU através do registo faseado de até cinco milhões de pessoas, criando, assim, uma base de dados robusta que permitirá ao Estado identificar, acompanhar e intervir junto das populações mais vulneráveis. Este cadastro será também um instrumento-chave para a coordenação intersectorial e o fortalecimento de uma rede nacional de segurança social.

O Programa está igualmente alinhado com a Estratégia de Longo Prazo 'Angola 2050', aprovada em Julho de 2023, que estabelece directrizes estratégicas para o desenvolvimento do país nas próximas décadas. Esta estratégia reafirma o compromisso do Estado em reforçar os mecanismos de protecção social, com destaque para a expansão das transferências sociais monetárias incondicionais, numa primeira fase, e a transição progressiva para modalidades condicionadas, à medida que se fortaleçam as infra-estruturas de serviços públicos e os mecanismos de acompanhamento necessários.

No plano internacional, o KWENDA também esteve em consonância com a Estratégia de Protecção Social e Emprego do Banco Mundial para a África (2012–2022), que procurava apoiar os países africanos no fortalecimento de sistemas de protecção social com base em três pilares:

- **Resiliência**, oferecendo protecção contra choques e perdas de bem-estar, especialmente os de natureza económica.
- **Equidade**, assegurando apoio aos mais pobres e promovendo justiça social.
- **Oportunidade**, através da inclusão produtiva de mulheres, homens e do investimento em capital humano, com foco especial em adolescentes de ambos os sexos.

Além disso, o Programa KWENDA está fortemente alinhado com os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 das Nações Unidas, da qual Angola é signatária. Especificamente, destaca-se a sua contribuição para:



- **ODS 1:** Erradicação da Pobreza em todas as suas formas.
- **ODS 8:** Promoção de crescimento económico sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos.
- **ODS 10:** Redução das Desigualdades, dentro e entre os países.

Dessa forma, o KWENDA representa não apenas um programa nacional de protecção social, mas também um instrumento estratégico de desenvolvimento humano sustentável, com impactos estruturais e duradouros para a construção de uma sociedade mais justa, equitativa e resiliente em Angola.

#### 1.4. Redireccionamento Estratégico do Programa

Originalmente concebido para actuar em áreas urbanas, no contexto da reforma dos subsídios aos combustíveis, o KWENDA foi rapidamente reorientado, ainda em 2020, para dar resposta à urgência da pobreza extrema nas zonas rurais. O foco passou a ser o dos agregados familiares pobres e vulneráveis do meio rural, aos quais são disponibilizadas transferências sociais monetárias e meios de produção, com o objectivo de fortalecer a sua segurança económica e promover inclusão produtiva.

Nos últimos dois anos, o Programa iniciou, com carácter piloto, intervenções também em contextos urbanos, com o propósito de testar a sua aplicabilidade em ambientes com maior densidade populacional e desafios logísticos distintos.

#### 1.5. Execução, Financiamento e Metas

O Programa KWENDA foi desenhado para ser executado inicialmente entre Julho de 2019 e Outubro de 2023. Porém, diante da magnitude dos desafios e dos resultados alcançados, o Governo aprovou a extensão da sua vigência até Abril de 2025.

O Programa dispõe de um financiamento total de 420 milhões de dólares americanos, sendo:

- 320 milhões de dólares americanos provenientes de um crédito do Banco Mundial.
- 100 milhões de dólares americanos de financiamento directo pelo Governo de Angola.

A meta global do Programa é beneficiar 1 000 000 agregados familiares, abrangendo todas as províncias do território nacional, por meio da execução integrada de quatro componentes fundamentais:

Componente	Objectivo
1. Transferências Sociais Monetárias (TSM)	Apoiar financeiramente as famílias mais pobres com recursos regulares e previsíveis.
2. Inclusão Produtiva (IP)	Promover actividades geradoras de rendimento, com fornecimento de kits de produção, formação e acompanhamento técnico.
3. Municipalização da Acção Social (MAS)	Reforçar a presença e a capacidade de resposta dos serviços sociais nos municípios, através da criação de Centros de Acção Social Integrados (CASI).
4. Cadastro Social Único (CSU)	Identificar, registar e caracterizar os agregados familiares em situação de vulnerabilidade, garantindo uma base de dados única, actualizada e integrada.

### 1.6. Relevância do Programa

O documento que fundamentou a criação e negociação do Programa de Fortalecimento da Protecção Social KWENDA foi elaborado com base nos indicadores económicos e sociais disponíveis em 2019 e 2020, particularmente os resultados do Estudo sobre Pobreza Multidimensional em Angola, realizado pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) e publicado em 2020<sup>9</sup>.

Este estudo indicava que, à data, a incidência nacional da pobreza multidimensional era de 54 por cento, com 87,8 por cento nas zonas rurais e 35 por cento nas áreas urbanas. Destaca-se ainda a elevada vulnerabilidade das crianças menores de 9 anos, cuja taxa de pobreza multidimensional era de 64,3 por cento, evidenciando uma dimensão inter-geracional da pobreza que exigia respostas urgentes e integradas.

Com o surgimento da pandemia de COVID-19, esses números foram certamente agravados. O contexto pandémico levou à perda massiva de empregos, interrupção de actividades produtivas e uma queda abrupta nos rendimentos de milhões de famílias angolanas, sobretudo nas zonas rurais e peri-urbanas. Essa conjuntura reforçou a urgência e a pertinência do Programa KWENDA como mecanismo de resposta social rápida e estruturada.

O Programa mostrou-se relevante por estar alinhado com as políticas nacionais de protecção social e por oferecer um contributo concreto para a planificação e coordenação da política social em Angola. Uma das suas grandes mais-valias foi a entrega directa e previsível de apoio monetário a famílias em situação de vulnerabilidade extrema, respeitando critérios rigorosos de selecção, suportados pela base de dados de pobreza e vulnerabilidade do INE. Esse rigor metodológico na identificação dos beneficiários garantiu que o apoio chegasse efectivamente aos agregados mais pobres e excluídos, contribuindo para o alívio imediato das suas dificuldades e para a criação de condições mínimas de dignidade e participação económica.

Ao longo de 2024, a relevância social do Programa manteve-se evidente. A manutenção da entrega dos apoios monetários foi amplamente valorizada pelas comunidades beneficiárias, permitindo o atendimento de necessidades básicas, como a compra de alimentos, acesso à saúde, educação das crianças e mesmo pequenos investimentos em produção agrícola e aquisição de bens essenciais. O impacto foi particularmente notório entre as mulheres e os idosos que recebem o benefício em nome dos agregados familiares.

<sup>9</sup> INE (2020), *Pobreza Multidimensional em Angola*, Luanda, Julho de 2020.

Estes relataram uma maior autonomia na tomada de decisões e um sentimento de valorização social, uma vez que puderam gerir os valores recebidos de forma directa, promovendo o bem-estar dos seus lares.

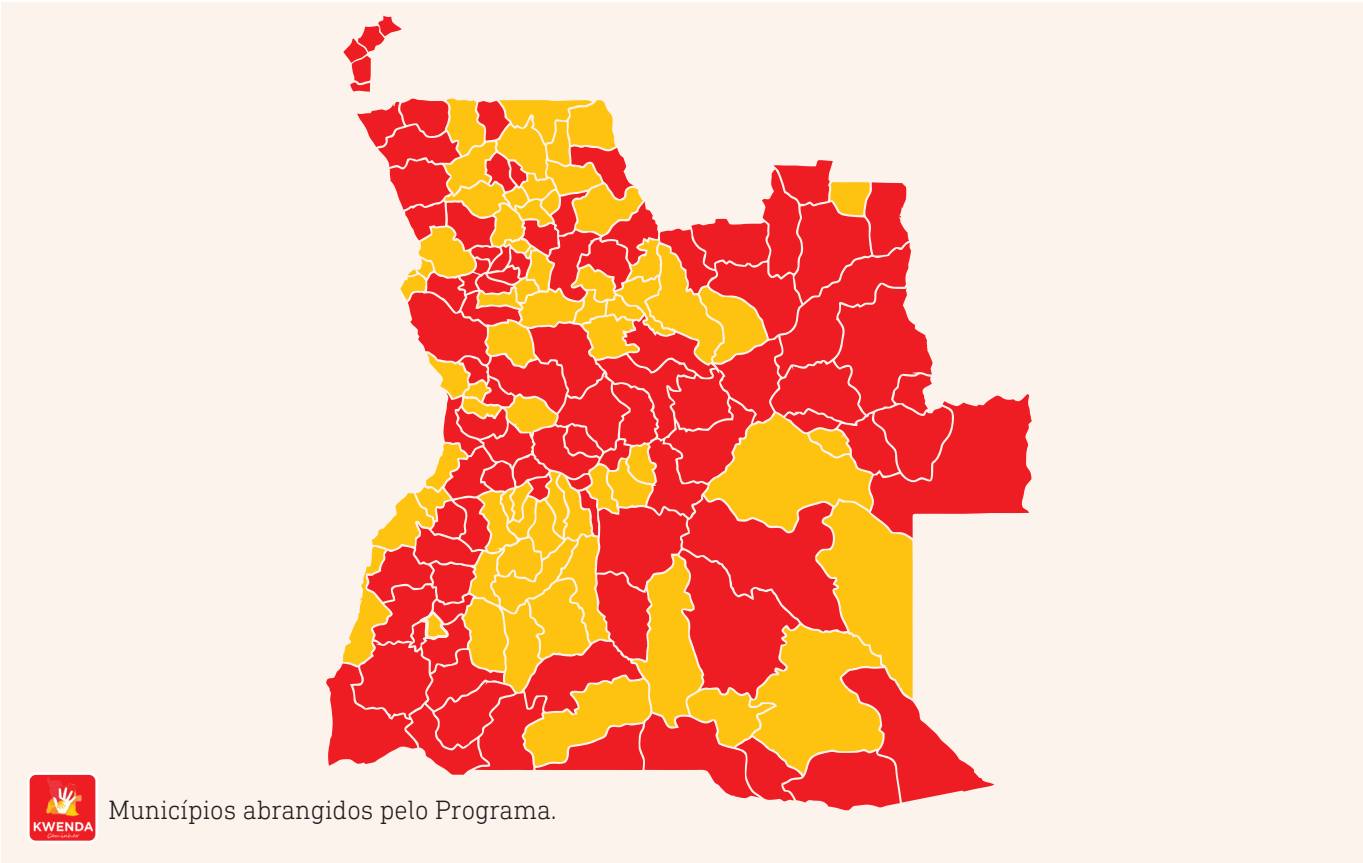
Durante o ano de 2024 foi finalizado um estudo de avaliação de impacto do KWENDA, que analisa os efeitos do Programa sobre os modos de vida das famílias beneficiadas ao longo dos quatro anos da sua implementação. Este estudo, a ser apresentado publicamente no início de 2025, fornece evidências adicionais sobre a eficácia e sustentabilidade das intervenções realizadas, reforçando o papel do KWENDA como instrumento estratégico de combate à pobreza e de promoção da inclusão social em Angola.

1.7. Abrangência geográfica

Em 2024, o Programa KWENDA abrangeu 94 municípios nas 18 províncias do país. Com uma previsão, no documento inicial do Programa (PAD), de uma abrangência geográfica de 40 municípios<sup>10</sup>, o Programa ultrapassou mais do que o dobro desta meta.

Foram alcançadas 328 comunas e 15 375 bairros/aldeias, um incremento de 1 234 bairros e aldeias relativamente a 2023. A Figura 1 reflecte a abrangência geográfica do Programa em Dezembro de 2024

Figura 1 – Mapa da implantação do Programa KWENDA no território nacional em 2024



Território	2021/22	2023	2024	TOTAL
Províncias	18	18	18	18
Municípios	59	28	7	94
Comunas	206	98	24	328
Aldeias	8 819	5 322	1 234	15 375

<sup>10</sup> Documento do Projecto de Fortalecimento do Sistema Nacional de Protecção Social (transferências sociais monetárias), de 28 Junho de 2019 (Págs. 13 e 53).

“Recebi 66 mil do Programa KWENDA, tirei 44 mil e comprei 8 sacos de cimento, 7 mil comprei comida e 15 mil investi no negócio. Eu vendo verdura (couve, mengueleca, ussi). Como o meu negócio vem de Ondjiva e vendo na Santa Clara, para ir a Ondjiva eu gasto 1 500 Kz, se eu comprar negócio de 10 mil, eu lucro 4 mil Kz. Agradei muito o dinheiro do KWENDA. Antigamente os meus filhos não conseguiam dormir, o quarto era pequeno, mas hoje conseguem dormir bem, mesmo eu também estou bem. O KWENDA tem que continuar, porque está a ajudar muita gente, porque a mim ajudou muito. Por isso, quem tem cabeça já não vai continuar a sofrer.”

**Laurinda Jamba**  
Namacunde (Cunene)



“Certo dia, eu fui à lavra e o sol estava nesta direcção, quando fui surpreendida por alguns jovens que disseram que haveriam de me inscrever no KWENDA. A primeira vez recebi 25 mil, a segunda 66 mil e na terceira fase, 33 mil kwanzas. Os 25 mil usei na sobrevivência da minha família. Os 66 mil, é aquilo que disse... só comecei a ver melhoria na minha vida com o projecto KWENDA: aluguei uma lavra e comprei as minhas galinhas e fiz compras para casa. O que eu noto é que a minha forma de respirar está a melhorar, mesmo que surgir uma doença, já consigo resolver. Já não sou a pessoa de ontem, que só vivia por viver. Na verdade, desde que o KWENDA chegou, que noto desenvolvimento no meu corpo, na minha família, da minha casa. Agora estou mesmo bem. Vendo os outros na comunidade, afinal somos todos iguais.”

**Paulina Domingos**  
Namacunde (Cunene)



“Recebi 66 mil Kwanzas do Programa KWENDA, comprei baú para guardar a roupa das crianças e saco de fuba para alimentação de casa. Comprei também uma casa de porcos para criar e o resto mandei no Lubango, para comprar cadernos para as crianças. Os porcos, já estão quase a ter crias e assim que tiverem, vou juntar para colocar na casa, principalmente para as crianças. Desde que recebemos o dinheiro do KWENDA a nossa vida desenvolveu. Sempre compramos comida nos kilos, mas com o dinheiro consegui comprar saco de fuba e temos alguma coisa em casa.”

**Maria Chipa**  
Santa Clara (Cunene)



**Catarina Canjaia**  
Namacunde (Cunene)

“Sou presidente Da Associação Tulimatuquelaavoco, constituída por 26 mulheres e 24 homens e o nosso trabalho é feito no campo. Em 2022 recebemos sementes, como a massambala, massango, milho e feijão, recebemos moto-bomba, catanas e enxadas. Em 2023 recebemos 10 cabeças de gado bovino e 10 de caprino, recebemos também 300 kg de sementes de massambala, 400 kg de feijão, 350 kg de milho, 600 kg de massango e mudas de fruteiras. Ainda recebemos uma moageira e dinheiro da caixa comunitária no valor de 4 milhões e 500 mil kz, que está a servir como banco para nós aqui. Com a vinda do Programa KWENDA a vida das pessoas está a melhorar, estamos a notar que também algumas mães conseguem fazer negócio.”



## 2. DESEMPENHO DO PROGRAMA

O ano de 2024 assinala o quarto e último ano efectivo de implementação das actividades operacionais do Programa de Fortalecimento da Protecção Social KWENDA.

Neste ciclo, o Programa superou grande parte dos constrangimentos iniciais relacionados com a operacionalização das *Transferências Sociais Monetárias*, sistematizando a sua experiência. Com processos mais estáveis e mecanismos aperfeiçoados, o Programa pode acelerar o ritmo de cadastramento e pagamento às famílias beneficiárias, não tendo aumentado mais significativamente os seus números devido à realização do Censo Populacional, que decorreu durante o ano. O reforço das operações de TSM na área urbana de Cabinda permitiu planificar a expansão destas operações em 2025 para as cidades de Benguela, Cacuaco e Sumbe.

No domínio da *Inclusão Produtiva* registou-se uma clara consolidação da iniciativa de promoção, tanto em termos de abrangência territorial, como na profundidade das intervenções, reflectindo uma melhor organização metodológica e maior impacto sobre as comunidades. Do ponto de vista territorial, as acções passaram de 5 para 10 províncias entre 2023 e 2024 e de 5 para 46 municípios, cobrindo um leque abrangente de novas localidades.

Nesta componente foram abrangidos cumulativamente, até ao final de 2024, 53 722 beneficiários directos. A constituição dos Comitês Locais de Acompanhamento e Garantia da Boa Execução das acções de IP revelou-se uma das lições mais significativas extraídas ao longo do ano de 2024. Esta prática é agora considerada uma referência positiva no modelo de implementação da componente.

A *Municipalização da Acção Social* fortaleceu a coesão comunitária, aumentou a confiança entre os membros da comunidade e criou um ambiente mais favorável à participação cívica e ao desenvolvimento local sustentável. Os Centros de Acção Social Integrados desempenharam um papel fundamental nestes aspectos, ao aproximarem a população de serviços sociais essenciais e promoverem o desenvolvimento humano e social.

Para além dos serviços básicos de acesso a documentos de identificação, campanhas de vacinação, programas de alfabetização para mulheres, os CASI também se destacaram como espaços de transformação social. Através de acções de sensibilização sobre direitos humanos, prevenção de doenças, melhoria do saneamento e promoção da inclusão produtiva, foi possível estimular alterações no comportamento e participação dos cidadãos em matérias de interesse colectivo.

A repaginação do *Sistema Integrado de Informação da Protecção Social (SIIPS)*, com o início do processo de transferência industrial dos sistemas e o arranque do programa de formação e capacitação dos quadros técnicos da área, foi o marco deste ano.

O Programa, através do SIIPS, tem contribuído para a inter-operacionalidade da plataforma SIGAS. Até Dezembro de 2024, foram disponibilizados para migração para o SIGAS 4 643 067 dados de indivíduos em situação de vulnerabilidade e pobreza em todo o país.

Dessa forma, o ano de 2024 representou uma fase de maturação e expansão do Programa KWENDA, com resultados operacionais consolidados, novas abordagens implementadas e o reforço da base institucional necessária para a continuidade e sustentabilidade do sistema de protecção social não contributiva em Angola.

### 2.1. Quadro de Indicadores e Metas

O Programa KWENDA é executado com base num quadro estruturado de indicadores e metas, definidos desde a sua fase de concepção, os quais orientam o planeamento, monitorização e avaliação dos seus resultados. Essas metas estão sistematizadas nas *Tabelas 1 e 2*, que detalham os principais objectivos operacionais e de impacto.

De forma geral, o Programa tem como meta prestar apoio financeiro temporário a 1 000 000 agregados familiares em situação de pobreza extrema e elevada vulnerabilidade, em todo o território nacional. Paralelamente, visa assegurar que, pelo menos, 60 por cento dos beneficiários tenham acesso efectivo aos serviços locais de protecção social, bem como a outros programas complementares de assistência social, promovendo assim uma abordagem mais integrada, coordenada e sustentável no combate à pobreza.

Este enquadramento baseado em metas quantitativas e indicadores de desempenho permite não apenas monitorar a execução física e financeira das actividades, mas também avaliar o impacto real do Programa na melhoria das condições de vida das populações abrangidas.

**Tabela 1 – Quadro de Indicadores de Desenvolvimento do Programa**

Indicadores dos Objectivos	Meta
<b>01. Apoio ao rendimento temporário prestado às famílias pobres em áreas seleccionadas</b>	
1.1. Percentagem de famílias beneficiárias de transferências entre os 40% mais pobres.	70%
1.2. Número de agregados de programas da rede de segurança social - Transferências de numerário incondicional.	1 000 000
1.3. Número de beneficiárias de programas da rede de segurança social - sexo feminino.	2 600 000
1.4. Número de beneficiários de programas <i>safety nets</i> - Outros programas de assistência social.	600 000
<b>02. Sistema permanente de rede de segurança social reforçado</b>	
2.1. Percentagem de agregados beneficiários de transferências de dinheiro que beneficiam do acesso aos serviços locais de desenvolvimento humano.	60%
2.3. Número de unidades administrativas (CASI) que adoptam a CSU como uma única porta de entrada para programas de protecção social.	40

Os resultados intermédios como definidos no documento inicial do Programa estão reflectidos na [Tabela 2](#). Nesta tabela podem consultar-se também as metas globais estabelecidas para as diferentes componentes do Programa, nomeadamente a componente relativa às transferências monetárias para agregados pobres e a componente de desenvolvimento de um sistema permanente de protecção social. A componente 1 estabelece metas de cadastramento e de pagamento e a componente 2, dirigida ao desenvolvimento de um sistema de protecção social permanente, inclui o acesso a serviços e acções de inclusão produtiva. A terceira e última componente diz respeito à gestão do próprio Programa, com relevo para o sistema de monitoria e avaliação, acções de comunicação e divulgação das actividades do Programa e ainda as questões relativas à gestão de aquisições e de execução financeira.

De referir, entretanto, que alguns destes indicadores acabaram por não serem os mais adequados para uma execução em zonas rurais e não urbanas como inicialmente previsto. As metas foram, quando necessário, adequadas em concertação com o Banco Mundial.

Tabela 2 – Quadro de Indicadores Intermédios do Programa

Indicadores de Resultados	
Componente 1 - Programa de transferência de dinheiro para famílias pobres	
1.1. Número de agregados cadastrados no SIIPS.	2 000 000
1.2. Percentagem das reclamações recebidas e registadas no MIS que são atendidas.	70%
1.3. Percentagem de agregados beneficiários que recebem a sua transferência no período agendado.	75%
Componente 2 - Desenvolvimento de um sistema permanente de redes de segurança	
2.1. Número de adolescentes em agregados beneficiários de transferências de dinheiro que frequentam a escola.	30 000
2.2. Número de membros do agregado beneficiário que participam na inclusão produtiva desagregado por sexo.	35 000
2.3. Estratégia de comunicação desenvolvida e implementada.	Materiais produzidos e estratégia implementada
2.4. Número de CASIs reabilitados e equipados.	37
Componente 3 - Gestão do Programa	
3.1. Quadro de M&E para SSN desenvolvido e actualizado regularmente.	Informação de M&E actualizada semestralmente
3.2. Percentagem de beneficiários satisfeitos com actividades apoiadas pelo Programa.	70%

2.2. Transferências Sociais Monetárias

A componente de Transferências Sociais Monetárias (TSM) do Programa KWENDA visa prestar apoio financeiro directo a famílias em situação de pobreza extrema, com o objectivo de melhorar as suas condições de vida e promover a sua inclusão socio-económica. A meta estabelecida para esta componente é abranger um total de 1 000 000 agregados em todo o território nacional.

A monitorização do progresso desta componente assenta em três indicadores principais:

- 1. Número de agregados cadastrados no Cadastro Social Único.
- 2. Número de agregados inscritos no Programa.
- 3. Número de agregados que beneficiam de, pelo menos, uma transferência monetária.

Figura 2 - Sequenciação do processo das Transferências Sociais Monetárias



No entanto, alcançar estes indicadores requer um processo técnico, complexo e rigorosamente sequenciado, que envolve múltiplas etapas, desde a mobilização comunitária até à efectivação dos pagamentos. Esse processo inclui também validações em campo, cruzamento de dados, verificação de elegibilidade e acções de comunicação com os beneficiários. A **Figura 2** apresenta, de forma esquemática, a sequência operacional do processo de implementação das TSM, com o objectivo de facilitar a compreensão dos resultados alcançados e dar maior transparência à actuação do Programa.

• **2.2.1. Cadastramento de Beneficiários**

O cadastramento é o primeiro passo do processo de identificação de beneficiários no âmbito do Programa KWENDA e constitui uma fase fundamental para garantir a eficácia, transparência e focalização das transferências sociais monetárias.

Este processo é conduzido prioritariamente pelos Agentes de Desenvolvimento Comunitário e Sanitário (ADECOS), com o apoio de estagiários de universidades locais, funcionários das Administrações municipais e comunais, todos formados e supervisionados por técnicos do Programa. O cadastramento é realizado por meio de visitas domiciliárias (casa-a-casa), assegurando a cobertura de todos os membros do agregado familiar.

Cada agregado é registado na base de dados da protecção social, por meio de um formulário digital fechado e georreferenciado, preenchido com o auxílio de dispositivos móveis (*smartphones*). Os dados recolhidos são enviados em tempo real para o Sistema de Informação Integrado de Protecção Social (SIIPS), que assegura a gestão de todas as fases do processo das TSM, desde o cadastramento até ao pagamento.

Até Dezembro de 2024, o Programa atingiu um total acumulado de 1 658 627 agregados familiares cadastrados, o que representa 83 por cento da meta global de cadastramento. A **Tabela 3** apresenta a evolução do cadastramento por ano desde o início do Programa e a respectiva taxa anual de execução, permitindo acompanhar o ritmo de expansão da cobertura e identificar tendências operacionais relevantes.

**Tabela 3 – Número de agregados cadastrados**

Ano	Meta Anual	Nº de cadastrados	Taxa de Execução
2020	300 000	353 333	117,7
2021	400 000	180 000	44,8
2022	180 000	411 255	228,5
2023	369 264	534 932	144,8
2024	263 454	179 107	68,0
<b>META GLOBAL</b>	<b>2 000 000</b>	<b>1 658 627</b>	<b>82,9</b>

O KWENDA foi inicialmente desenhado para execução em zonas urbanas em resposta a uma previsível subida do preço dos combustíveis. Por essa razão, foi estabelecida uma meta de 2 milhões de agregados a cadastrar, tendo em conta a densidade habitacional das zonas urbanas alvo da acção do Programa.

Contudo, tendo sido redireccionado, desde cedo, para zonas rurais, a meta de cadastramento inicialmente definida revelou-se excessiva para as zonas rurais abrangidas. Neste tipo de zonas residenciais, a vasta maioria dos seus habitantes cumpre os critérios de elegibilidade do Programa, pelo que não se revelou necessário estender o cadastramento no decurso de 2024.

• **2.2.2. Pagamento de Beneficiários**

O processo de pagamento dos benefícios no âmbito do Programa compreende várias etapas que visam assegurar a eficiência, transparência e inclusão social. As etapas principais incluem: (i) o *carregamento das contas* dos beneficiários com o valor correspondente a três meses de benefício<sup>11</sup>; (ii) a *realização de diálogos comunitários* antes do início dos pagamentos, com o objectivo de informar as famílias sobre as datas, os locais e a modalidade de pagamento definida para cada município; (iii) a *emissão das listas definitivas* de beneficiários aptos a receber o pagamento e (iv) a *preparação logística* do processo, em articulação com os agentes de pagamento.

Durante a fase de execução dos pagamentos, os beneficiários são organizados por faixa etária e género, sendo dada prioridade a idosos, pessoas doentes e mulheres grávidas. O circuito de pagamento inicia-se com a chamada dos beneficiários pelos ADECOS (Agentes de Desenvolvimento Comunitário e Sanitário), que realizam a triagem dos dados com base na lista definitiva. Em seguida, os beneficiários apresentam a ficha de inscrição e o cartão de beneficiário na mesa do IDL-FAS, onde é feita a validação dos documentos. Após essa etapa, dirigem-se à mesa da agência de pagamento para o levantamento do valor correspondente ao benefício. O Programa também contempla a realização de pagamentos ao domicílio para beneficiários com mobilidade reduzida.

Em termos de resultados, foi integralmente cumprida e mesmo ultrapassada a meta estabelecida no Acordo de Financiamento com o Banco Mundial de um milhão de agregados, com o pagamento a 1 169 738 famílias vulneráveis. De destacar que, em 71 por cento dos agregados pagos, quem recebe o benefício é uma mulher, evidenciando o compromisso do Programa com a promoção da inclusão de género.

A **Tabela 4** apresenta, de forma detalhada, o número de agregados que receberam, pelo menos, um pagamento durante os quatro anos de implementação do Programa, bem como as respectivas taxas de execução em relação às metas anuais e globais definidas no quadro de indicadores.

**Tabela 4 – Número de agregados pagos**

Ano	Meta Anual	Nº de Beneficiários Pagos	Taxa de Execução [%]
2020	5 000	6 243	124,86
2021	300 000	302 584	100,8
2022	400 000	294 301	73,6
2023	370 000	426 265	115,2
2024	382 580	140 345	36,7
<b>META GLOBAL</b>	<b>1 000 000</b>	<b>1 169 738</b>	<b>117,0</b>

Até ao final do Programa será pago um número adicional de agregados com fundos provenientes do Tesouro Nacional e disponibilizados no final do corrente ano.

• **2.2.3. Modalidades de pagamento**

O Programa recorre a três instituições bancárias – Banco Sol, Banco de Fomento de Angola e Banco Atlântico – bem como à operadora UNITEL e a três agentes de pagamento locais, designadamente correspondentes bancários, para efectuar as transferências monetárias aos beneficiários. Inicialmente, previu-se que os pagamentos seriam realizados através de duas modalidades principais: Cartão Multicaixa e *Mobile Money*. No entanto, essas soluções colocaram desafios significativos, particularmente

<sup>11</sup> A partir de 1 de Junho de 2023 (Decreto Presidencial 31/23), o valor do benefício passou de 8 500 para 11 000 Kwanzas mensais. O valor trimestral passou, portanto, para 33 000 Kwanzas.

nas zonas mais remotas do país, onde há escassez de terminais de ATM e a rede de telecomunicações apresenta sérias limitações.

Com a expansão do Programa para municípios do interior, os constrangimentos operacionais tornaram-se mais evidentes. O número de beneficiários aumentou de forma expressiva, mas, paralelamente, cresceu também o número de localidades sem cobertura de rede móvel. Os agentes de pagamento passaram a enfrentar escassez de cartões multicaixa em quantidade suficiente para atender à procura. Além disso, a fraca cobertura de caixas automáticas e a falta de liquidez dos poucos equipamentos existentes em algumas sedes municipais impossibilitaram que as famílias acessem regularmente aos seus benefícios.

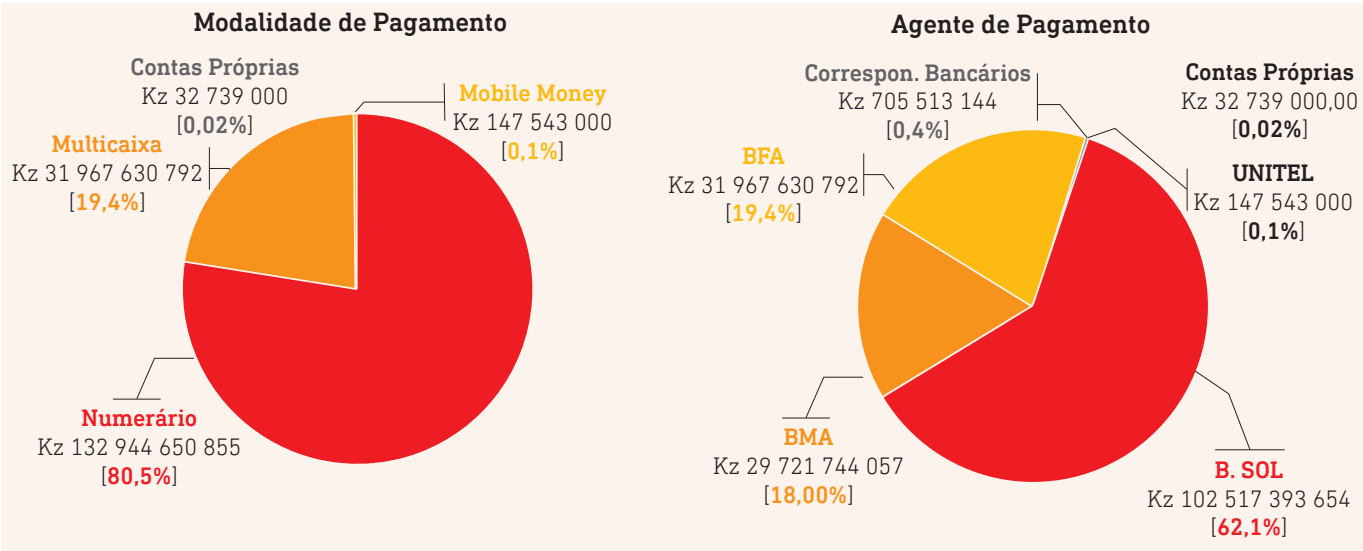
Outro desafio relevante foi o frágil domínio, por parte dos beneficiários, do funcionamento dos cartões multicaixa. A maioria dos beneficiários apresenta baixos níveis de literacia, o que contribuiu para a retenção de cartões pelos caixas electrónicos ou, em alguns casos, para o roubo dos mesmos, resultando na perda de acesso ao benefício.

Diante desses constrangimentos, a Coordenação do Programa adoptou o pagamento em numerário como modalidade prioritária. Essa operação passou a ser realizada com a intervenção de dois bancos e de agentes locais de pagamento, nomeadamente empresários locais financeiramente autónomos e correspondentes de bancos regionais. Embora essa modalidade exija uma logística mais complexa, com maiores requisitos de segurança, mostrou ser a forma mais eficaz, directa e célere para garantir que os beneficiários recebam o seu apoio financeiro e possam fazer uso imediato do mesmo.

O Programa demonstrou capacidade de adaptação face às limitações do território e à infra-estrutura nacional. A opção por pagamentos em numerário, embora mais exigente, foi decisiva para garantir o acesso rápido aos benefícios. Investir em infra-estrutura digital e bancária nas zonas rurais, fortalecer a capacitação digital dos beneficiários, mantendo a flexibilidade operacional, reforçar parcerias com agentes locais confiáveis e ampliar o uso de tecnologias móveis apenas em áreas com condições mínimas de conectividade são estratégias fundamentais que o Programa tem adoptado para enfrentar os desafios operacionais e garantir a eficácia na entrega dos benefícios.

A **Figura 3** apresenta a distribuição dos valores acumulados pagos aos beneficiários por modalidade e por agentes de pagamento. Até Dezembro de 2024, foram pagos 141 511 130 647.85 Kwanzas aos agregados beneficiados.

**Figura 3 – Valores acumulados movimentados por Modalidade e Agente de Pagamento**



Em 2023, o Programa iniciou uma experiência piloto, em zona urbana, de criação de contas bancárias em nome dos próprios beneficiários junto aos bancos comerciais. A solução tem-se mostrado menos burocrática, mais acessível e mais adequada à realidade dos beneficiários actualmente atendidos, mas não isenta de custos e constrangimentos. A experiência demonstrou que é necessário desenvolver produtos bancários específicos voltados para pessoas em situação de pobreza e vulnerabilidade e garantir a emissão em massa de bilhetes de identidade, independentemente da localização geográfica dos beneficiários.

#### • 2.2.4. Os desafios dos pagamentos

Na execução da planificação prevista para o ano de 2024, registou-se uma taxa de execução muito baixa relativamente à meta anual prevista de pagamentos (36,7 por cento), de apenas 16 por cento nos pagamentos recorrentes e de 63 por cento nos pagamentos destinados a novos beneficiários. Este desempenho do ano 2024 aquém do previsto deveu-se a duas ordens de factores. A suspensão dos processos de cadastramento em novos municípios, decorrente da realização do Censo Populacional de 2024, afectando a mobilização de equipas e a operacionalização das actividades programadas foi um dos factores. O segundo factor decorreu da necessidade de o Programa cumprir, neste ano, o pagamento de todas as recorrências pendentes a 501 245 agregados.

Contudo, comparativamente ao período homólogo de 2023, este ano registaram-se situações muito positivas que ficam a dever-se ao mais pleno domínio dos instrumentos e dos processos operacionais subjacentes as TSM:

- Variação positiva de 4 por cento do valor entregue às famílias, representando o período em que, desde o início do Programa, mais pagamentos foram efectuados.
- Uma variação positiva de 70 por cento no valor acumulado pago aos beneficiários que passou de 83 438 785 626.00 Kwanzas para 141 511 130 647.85 Kwanzas.
- Um incremento de 12 por cento no número de beneficiários pagos pela primeira vez.
- Uma progressão de 55,3 por cento de beneficiários com quatro prestações completas pagas.



## COLHENDO LIÇÕES DA ADAPTAÇÃO A CONTEXTOS DESAFIADORES



Fotos: Pagamentos em Mavinga

**A experiência do KWENDA na província do Cuando demonstra a eficiência operacional atingida pelo Programa ao efectuar, de forma simultânea, várias etapas importantes do processo das TSM – cadastramento, validação de dados, pagamento e atendimento de reclamações.**

Essa abordagem permitiu que toda a equipa fosse retirada após o atendimento, otimizando recursos e tempo, uma vez que cadastramento, validação e pagamentos semestrais implicam a deslocação de meios por, pelo menos, 5 a 6 vezes ao mesmo local. A operação foi planificada de forma diferenciada, considerando as dificuldades específicas de Mavinga, como as limitações de comunicação e o estado das rodovias.

Para isso, foram treinados 70 ADECOS de diferentes municípios e o cadastramento foi feito casa-a-casa, envolvendo 6 887 famílias. A validação dos dados foi feita remotamente por analistas especializados, garantindo a elegibilidade dos beneficiários sem necessidade de validação comunitária, já que todos os habitantes eram elegíveis. Os beneficiários foram, posteriormente, inscritos no Sistema Integrado de Informação da Protecção Social (SIIPS) e todo o material foi organizado para facilitar os pagamentos.

Para garantir a segurança e o transporte do dinheiro, contou-se com o apoio da Força Aérea Nacional, Polícia Nacional, Banco Sol, da Hallo Trust e do Governo da Província. Dos 6 887 agregados cadastrados, 6 770 foram pagos ao valor de Kz 132 000,00 cada um, correspondendo a uma prestação anual.

Apesar de algumas reclamações por erros de nomes e sobrenomes, a rápida correcção e pagamento em dois dias mostraram a eficiência do processo. Essa experiência é valiosa, especialmente por lidar com limitações severas de comunicação e infra-estrutura, reduzindo custos, reduzindo a ansiedade dos potenciais beneficiários e a pressão social sobre as Administrações municipais, ao acelerar a entrega dos benefícios às comunidades.

O Programa adoptou, desde cedo, um modo de operação em colaboração estreita com as instituições locais, promovendo o envolvimento não só das Administrações municipais e comunais, como das instituições vocacionadas para a área social. Todas as operações de campo foram efectuadas em simultâneo com a intervenção em bloco de diferentes instituições municipais, que realizaram acções de registo de pessoas sem documentos de identificação, efectuaram consultas públicas gratuitas e procederam à distribuição de insumos agrícolas. Este modelo de operação mostrou-se relevante para a dinâmica das instituições locais e para aproximar os serviços da população mais vulnerável e um modelo a prosseguir no futuro.

Contudo, mantiveram-se os desafios que o Programa vem enfrentado desde o início da sua implementação para levar a cabo os pagamentos às famílias.



**Acessibilidade** | Estradas de difícil transitabilidade e sem meios de socorro próximos. Em vários casos, o Programa teve que socorrer-se das Forças Armadas para alcançar localidades remotas, sem acesso por estrada. O tempo chuvoso, que no país se prolonga de Setembro/Outubro até Maio, coloca problemas adicionais de movimentação, afectando a calendarização das actividades das transferências monetárias, que implicam estadias múltiplas em cada comuna e município para (i) cadastramento; (ii) validação de listas de inscritos e (iii) dois a quatro pagamentos.

**Sistema de pagamentos** | As transferências monetárias deveriam, inicialmente, ser efectuadas por duas vias: Cartão Multicaixa e *Mobile Money*. Estas soluções revelaram ter desafios adicionais, na medida em que não só se carece de agências bancárias ou suficientes ATM disponíveis na maioria das zonas, como também há precariedade da rede de telecomunicações.

**Segurança** | A decisão de pagar os beneficiários em numerário adiciona factores de risco consideráveis à segurança das equipas do Programa, do transporte de valores e aos próprios beneficiários. Os valores são necessariamente avultados quando se trata de pagamentos em áreas remotas.

**Transumância nas comunidades pastoris** | O pagamento a comunidades de pastores do Sul de Angola enfrenta desafios de localização dos beneficiários decorrentes do processo de transumância periódica que estas populações efectuam com o seu gado em busca de água e melhores pastos. Este facto resulta na necessidade de os agentes de pagamento precisarem de conservar os valores e efectuar o pagamento em data posterior, frequentemente tendo que proceder a pagamentos de mais de uma prestação de uma só vez.

**Custos** | A complexidade desta operação, tendo em conta a dimensão do país e a aceleração verificada na expansão do Programa, sobrecarrega a estrutura de custos de modo directamente proporcional. A necessidade de efectuar múltiplas operações de campo para cumprir com todos os critérios e rigor da selecção de beneficiários, a validação e o pagamento de benefícios aumenta significativamente os custos.

Alguns destes constrangimentos, nomeadamente o mau estado da rede de acessos, a precariedade da rede de telecomunicações e a exiguidade de agências bancárias ou agentes locais não permitiu nos municípios e localidades mais longínquas efectuar todos os passos de validação. Dessa forma, nessas zonas, o Programa adoptou um modelo diferenciado de operação. Numa mesma deslocação foram efectuados o cadastramento, as validações técnica e institucional *in situ*, o pagamento e o atendimento imediato de reclamações no mesmo período. A validação comunitária revelou-se desnecessária, na medida em que nestas localidades a totalidade dos cadastrados preenchem os requisitos de registo no Programa. Isto permitiu reduzir a duração da actividade e os custos de operação do Programa com duas ou três deslocações. Pelas mesmas razões, foi feito um único pagamento das quatro prestações devidas a cada agregado, tendo todas as famílias recebido, em numerário, 132 000,00 Kwanzas.

### 2.3. Experiência piloto de TSM em zona urbana

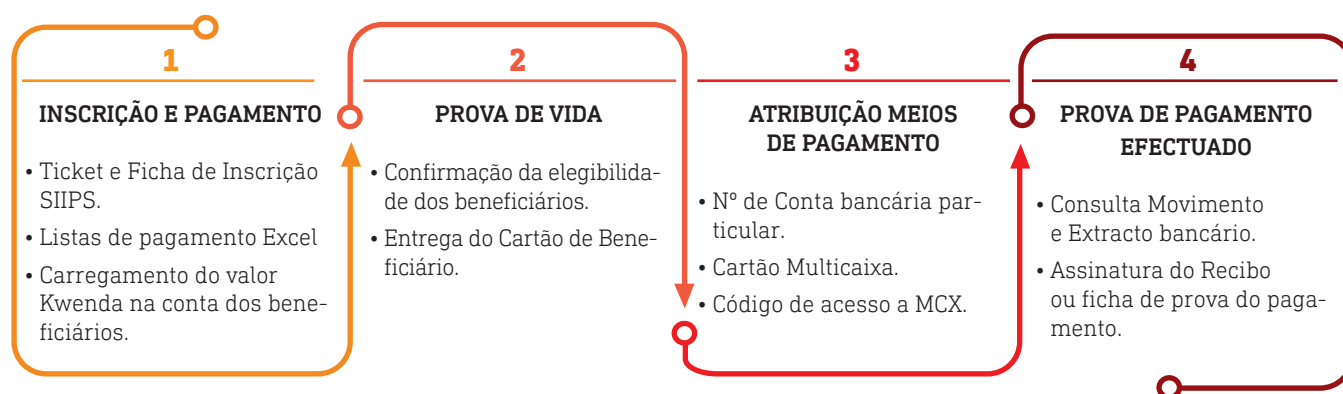
A experiência urbana na Província de Cabinda resulta de uma estratégia de adaptação das transferências sociais à complexidade da pobreza e exclusão social em zonas com alta densidade demográfica e maior oferta de serviços sociais e financeiros.

Para a identificação dos beneficiários foi criado um mecanismo institucional de partilha da informação e de responsabilidades entre todas as instituições públicas e da sociedade civil com o objectivo de proceder a: (i) uma ampla divulgação da informação ao público em geral sobre o grupo alvo e os procedimentos de acesso ao Programa; (ii) pré-certificação das categorias de pessoas vulneráveis e com insuficientes meios de sobrevivência e (iii) o referenciamento de/para o Programa. Fruto deste trabalho, o perfil de beneficiários foi definido segundo os seguintes critérios:

- Pessoas com deficiência, malformação congénita e demência.
- Idosos.
- Pessoas com doenças crónicas específicas que retiram capacidade produtiva (insuficiência renal, cancro em estágio 2 e 3, anemia falciforme, diabetes, trombose, perturbações mentais, artrites).
- Pessoas com albinismo, em situação de vulnerabilidade e pobreza comprovadas.

O modelo de execução na zona urbana diferencia-se ligeiramente do adoptado nas zonas rurais, em decorrência das especificidades das zonas urbanas. A **Figura 4** apresenta a sequenciação de passos no caso das zonas urbanas.

**Figura 4 – Sequência do processo das transferências sociais monetárias em zona urbana**



• **2.3.1. Resultados da experiência-piloto**

Com base na referenciação institucional foram pré-certificadas e referenciadas pelo CASI de Cabinda, os Hospitais e Programas de luta e controlo de doenças, as Secretarias Municipais da Acção Social, Coordenações de Bairros, Igrejas, Associações e pessoas singulares foram cadastradas, até Dezembro de 2024, um total de 23 978 pessoas nos dois municípios da província seleccionados para esta experiência: Cabinda e Cacongo.

De referir que em Cabinda e Cacongo, o processo de referenciação foi efectuado de modo sistemático e em simultâneo com o processo de cadastramento. Trata-se de uma acção integrada entre instituições locais que se revela valiosa, não apenas pelo método de trabalho, mas porque se trata de beneficiários com doenças crónicas diversas e idosos. Em 2024, foram efectuadas as seguintes acções:

- **Assistência médica ao domicílio e em hospitais:** 30 em Cacongo e 407 em Cabinda.
- **Formalização da situação de mães substitutas** para 7 órfãos em Cabinda.
- **Constituição de associações de pessoas com albinismo, anemia falciforme e pacientes renais:** 3 associações criadas em Cabinda.

Em zonas urbanas, o pagamento de beneficiários é feito exclusivamente por via bancária, promovendo, dessa forma, a inclusão financeira destes agregados sem custos adicionais para os beneficiários. Em 2024, foram pagos 72,4 por cento dos agregados cadastrados, como expresso na [Tabela 5](#).

**Tabela 5 – Número de agregados cadastrados e pagos em Cabinda**

Município	Agregados CADASTRADOS	Agregados PAGOS	Contas Bancárias ABERTAS
Cabinda	17 992	12 718	17 142
Cacongo	5 986	4 642	3 113
<b>TOTAL</b>	<b>23 978</b>	<b>17 360</b>	<b>20 255</b>

A transição da modalidade de pagamento via multicaixa para conta individual do beneficiário ocorre desde fins de 2023, tendo-se atingido a cifra de 20 255 contas bancárias individuais abertas para pagamentos aos beneficiários nos municípios de Cabinda e Cacongo. Essas contas estão associadas a um cartão multicaixa personalizado e a um número de telefone do beneficiário.

O processo da abertura de contas em massa contou com a participação de todos os Bancos comerciais locais, incluindo a rede de agentes bancários, o que permite a livre escolha dos beneficiários, bem como com a colaboração da Direcção Regional Norte do BNA.

• **2.3.2. Principais lições aprendidas e recomendações**

A experiência de implementação do Programa de transferências sociais monetárias em áreas urbanas permitiu compreender, de forma mais aprofundada, os desafios específicos enfrentados nesse contexto, bem como as adaptações necessárias no seu *modus operandi*. Embora o meio urbano conte com mais recursos disponíveis — tanto do sistema bancário, como de organizações de base, a exigência de controlo e coordenação por parte do Programa é significativamente maior.

Este relatório sintetiza os principais aprendizados, desafios e recomendações identificados durante a implementação, com o objectivo de orientar futuras expansões do Programa para outras áreas urbanas.

O **Mecanismo de referência** adoptado demonstrou ser eficaz, assegurando:

- Abrangência, transparência e co-responsabilização entre todas as organizações e instituições envolvidas;
- Facilitação na identificação, localização e referência dos beneficiários;
- Integração e aproveitamento de recursos de programas sociais governamentais e de iniciativas de inclusão financeira;
- Suporte ao trabalho dos serviços de inteligência e segurança (como SIC, SME e IGAE), especialmente em regiões fronteiriças;
- Possibilidade de contra-referência para serviços sociais e financeiros, incluindo assistência domiciliar e processos de identificação civil.

No que diz respeito aos **Procedimentos**, foi identificada a necessidade do estabelecimento de procedimentos claros e padronizados; a definição de mecanismos de controlo de todas as fases do processo e a identificação e mitigação de riscos operacionais.

A experiência evidenciou a importância de manter uma comunicação contínua e articulada (**Diálogo institucional**) entre as instituições envolvidas, de modo a promover o alinhamento sobre abordagem, notificação, divulgação de informações e troca de dados durante toda a implementação do Programa.

O processo de **Cadastramento** em zonas urbanas revelou-se mais moroso, com uma média de apenas 9 a 12 cadastros por dia por cadastrador. Isso deve-se à alta mobilidade dos beneficiários, que muitas vezes residem em locais de difícil acesso ou mudam de bairro com frequência, devido ao custo das habitações. Esta situação deve ser sempre acautelada nas zonas urbanas.

A **Modalidade de pagamento** adoptada de abertura de contas bancárias individuais vinculadas a um cartão multicaixa oferece maior eficiência e segurança, para além de permitir a comprovação documental do pagamento. Apesar de alguns desafios com os custos de comunicação e o reforço logístico e em pessoal, essa modalidade reduz custos de operação e acelera o pagamento aos beneficiários.

Foram observadas dificuldades na abertura de contas para beneficiários sem **Documentos de identificação civil** ou com mobilidade extremamente reduzida. Como os pagamentos são realizados exclusivamente por via bancária, é fundamental:

- Integrar serviços de emissão de documentos de identificação civil (certidão de nascimento, BI, atestado de pobreza) nos pontos de pagamento.
- Estabelecer parcerias inter-institucionais para evitar exclusão de beneficiários.

Contudo, o uso de contas bancarizadas representa um marco importante na inclusão financeira e digital, bem como na mudança de percepção da população de baixa renda e da banca reciprocamente. Segundo os Bancos comerciais participantes, o segmento de clientes captado através do Programa KWENDA representa um contributo valioso para o reforço da carteira de depósitos e da tesouraria que, por sua vez, aumenta o rendimento da respectiva rede de ATM.

Da parte dos bancos comerciais coloca-se a questão da excessiva concentração de agências nos pontos estratégicos dos municípios, fazendo com que o rácio agência bancária/terminal de pagamento automático *versus* número de habitantes economicamente activos seja muito baixo. De igual modo, a centralização excessiva da gestão dos bancos comerciais, limita os seus agentes locais de dar respostas pontuais, como, por exemplo, abertura de contas em massa.

Apesar dos desafios que ainda se colocam a esta modalidade de pagamento, as transferências sociais monetárias directas na conta bancária individual do beneficiário tem melhor rácio custos/benefícios relativamente a todas as outras modalidades de pagamento. Elas permitem:

- Redução dos custos operacionais do Programa;
- Aumento de rendimento para bancos comerciais;
- Maior autonomia, segurança e poupança para os beneficiários.

Em zonas urbanas, há maior necessidade de realizar **Provas de Vida** com frequência, devido à mobilidade e à vulnerabilidade de certos grupos.

Parte significativa dos beneficiários requer **Atendimento ao domicílio**, por questões de saúde ou mobilidade reduzida. Apesar do aumento de custos e complexidade logística, esta acção é indispensável para garantir a equidade e a cobertura do Programa.

A campanha de referenciação e cadastramento gerou **Maior demanda por serviços sociais**, em especial na área da saúde. Casos não previamente referenciados, foram identificados durante o processo e encaminhados aos serviços adequados, fortalecendo a acção social e inter-institucional.

A **implementação** do Programa de Transferências Sociais Monetárias em áreas urbanas revelou-se **mais lenta e dispendiosa** em comparação com as zonas rurais, devido à complexidade do contexto urbano, à mobilidade dos beneficiários e à necessidade de maior articulação inter-institucional.

Um dos maiores desafios foi o **Controlo de fraudes**, incluindo burlas e falsificações de documentos e cartões. Esses casos impactaram negativamente o cronograma do Programa e requerem o desenvolvimento de mecanismos rigorosos de verificação e validação de dados. Foi observado um número elevado de pessoas elegíveis vivendo no mesmo núcleo familiar, o que demanda uma **análise minuciosa dos critérios de elegibilidade e de impacto sócio-económico**.

Por outro lado, os Agentes de Desenvolvimento Comunitário e Sanitário (ADECOS) desempenham um papel estratégico nas zonas urbanas. É necessário **reforçar a capacitação dos ADECOS**, com ênfase em mensagens específicas para lidar com diferentes situações durante a implementação, **intensificar o diálogo com a comunidade** e realizar visitas domiciliares regulares.

Apesar dos desafios, os ganhos obtidos — especialmente no fortalecimento das redes de protecção social e na inclusão financeira — demonstram o potencial do Programa. Contudo, é imprescindível que a expansão considere a disponibilidade de recursos financeiros e humanos, bem como a necessidade de adaptação constante dos procedimentos operacionais.

## **2.4. Inclusão Produtiva**

A Inclusão Produtiva (IP) é uma das componentes essenciais do Programa de Reforço do Sistema Nacional de Protecção Social KWENDA. Esta componente tem como foco promover a inserção de beneficiários em idade activa, que possuem capacidade produtiva, em actividades que gerem renda e contribuam para o desenvolvimento económico local. Ela representa uma estratégia importante para assegurar a inclusão social e económica, promovendo a autonomia das famílias beneficiárias e fortalecendo o tecido produtivo local. Dessa forma, ela contribui para a construção de uma sociedade mais justa, resiliente e sustentável.

O seu principal objectivo é estimular a autonomia económica das famílias beneficiárias, possibilitando que elas se tornem mais independentes financeiramente. Para isso, o Programa busca criar condições

favoráveis para que essas famílias possam desenvolver actividades produtivas sustentáveis, aumentando a sua renda e melhorando a sua qualidade de vida. Além disso, a componente visa fortalecer a resiliência social e económica das famílias, ajudando-as a enfrentar riscos sociais e económicos de forma mais eficaz.

Espera-se que, com a implementação dessas acções, as famílias beneficiadas possam:

- Aumentar a sua renda de forma sustentável.
- Desenvolver actividades económicas que atendam às demandas do mercado local.
- Fortalecer a sua autonomia e capacidade de gestão dos seus próprios negócios.
- Contribuir para o desenvolvimento económico das comunidades onde vivem.

As acções iniciais desta componente precisaram ser revistas após uma primeira avaliação dos seus resultados intermédios e o ano de 2024 registou avanços com a implementação de diversas acções, que incluíram:

- **Formação técnica e profissional:** Capacitação dos beneficiários para que possam actuar em actividades produtivas específicas, de acordo com as potencialidades locais e os interesses das famílias.
- **Distribuição de meios de produção:** Fornecimento de insumos, equipamentos e materiais necessários para que as famílias possam iniciar ou ampliar as suas actividades económicas.
- **Assistência técnica directa:** Apoio contínuo por meio de orientações, acompanhamento e suporte técnico, garantindo a implementação eficiente das actividades produtivas.
- **Articulação com o mercado:** Incentivo à conexão dos beneficiários com mercados locais, fornecedores e clientes, promovendo a comercialização dos seus produtos ou serviços.

A nível de formação foi constatada a necessidade de capacitação da equipa do próprio Programa. Foram realizadas duas formações em Luanda com a participação de Assistentes de Desenvolvimento Local e Directores Provinciais do IDL-FAS, em parte com suporte de especialistas do Banco Mundial, tendo sido tratados temas como:

- Fundamentos teóricos sobre desenvolvimento local.
- Técnicas de diagnóstico participativo.
- Monitoria e avaliação de projectos.
- Princípios colaborativos, incluindo ética no trabalho comunitário.
- Desenvolvimento e território.
- *Fundamentos da protecção social.*
- Avaliação de impacto.

No que diz respeito aos beneficiários, as formações estiveram fundadas nos princípios do desenvolvimento comunitário, com foco na criação dos Grupos Solidários de Produção (GSP). Além das questões sobre cooperativismo, associativismo e gestão de bens colectivos, foram também feitas abordagens sobre ética e competências para a vida, bem como treinamentos específicos em razão do contexto, algumas delas enquadradas na assistência técnica directa. Ainda no quadro das formações, foi realizado um fórum sobre IP na província do Bié, com o envolvimento de autoridades provinciais, sociedade civil, beneficiários do KWENDA e produtores locais no geral. Neste fórum, foram passados em revista os fundamentos do desenvolvimento comunitário e do cooperativismo, buscando contributos a um desenvolvimento local sustentável e inclusivo.

A nova concepção das acções de Inclusão Produtiva estabeleceu critérios diferenciados para a selecção de acções e beneficiários em zona rural e em zona urbana. Nas zonas rurais, os beneficiários são retirados da base de dados das Transferências Sociais Monetárias, enquanto na zona urbana poderá haver beneficiários que não recebem valores monetários do Programa. As acções propriamente ditas também se diferenciam, consoante a zona de residência.

Nas zonas rurais, onde a actividade principal das famílias está ligada sobretudo à agricultura e à pecuária e os mercados se desenvolvem ligados à venda da produção agrícola e pecuária, as acções são direccionadas para o suporte a essas actividades económicas. Neste caso, a base da implementação recorreu à criação de Grupos Solidários de Produção (GSP) como principal modelo de organização das iniciativas de IP, apoiando-se do ponto de vista legal, na Lei das Cooperativas. Por conseguinte, foram criados e legalizados, durante o ano de 2024, os primeiros 23 GSP.

Os principais resultados inscrevem-se em quatro dimensões distintas, mormente Bancos Comunitários de Sementes, Currais Comunitários, Transformação de Grãos, Caixas Comunitárias e apoio à Apicultura.

Já em meio urbano, as acções priorizam a prestação de serviços profissionalizantes a nível dos mercados locais do tipo canalização, carpintaria, pastelaria e culinária, entre outros. Esse processo inclui formação, capacitação e distribuição de *kits* profissionais, para além do acompanhamento e assistência técnica à actividade, a criação de grupos solidários e a facilitação de serviços financeiros sob forma de caixas comunitárias e Fundos Rotativos de Inclusão.

Até Dezembro de 2024, as actividades de Inclusão Produtiva alcançaram cumulativamente um total de 53 722 beneficiários directos. Desta cifra, 16 924 participaram em acções de Inclusão Produtiva em áreas rurais de sete províncias que beneficiam simultaneamente de transferências monetárias. Para além destes, 2 907 residentes em três sedes de província, designadamente Benguela, Luanda e Lubango, estiveram envolvidos em acções de IP em meio urbano, mormente formação técnico-profissional. Outros 8 400 beneficiários directos estão localizados em áreas peri-urbanas de nove províncias onde o KWENDA ainda não efectua transferências monetárias.

#### • 2.4.1. Acções de carácter agrícola

##### ***Banco Comunitário de Sementes***

Durante o período em análise, as províncias do Bié (Andulo), Huíla (Cacula) e Moxico (Luau) continuaram a implementar iniciativas relacionadas com os Bancos Comunitários de Sementes. Esses bancos operam com base nos princípios da economia solidária e, no caso específico do município do Andulo, foram beneficiadas 90 aldeias com a distribuição de 72,2 toneladas de sementes de feijão manteiga. Em Cacula, 21 aldeias foram contempladas com 8,5 toneladas de sementes de milho e 18 toneladas de massambala. Na província do Moxico, a iniciativa abrange, desde o ano agrícola 2024/2025, os municípios de Camanongue e Luchazes, onde as aldeias de Tchimbumba, Ndongue, Luconha1 e Luconha2, respectivamente, foram beneficiadas com 2,6 toneladas de sementes diversas, designadamente 1,4 toneladas de milho e 1,2 toneladas de feijão além de 37 kg de hortícolas (tomate, cebola, pimento, cenoura e couve). De referir, entretanto, que os ganhos em termos de fundo rotativo conseguidos com a iniciativa na província da Huíla ainda são diminutos, devido à irregularidade pluviométrica registada no ano de implantação desta acção.

Os Bancos Comunitários de Sementes adoptam um modelo simples de armazenamento e gestão de variedades locais, sendo administrados por grupos previamente capacitados. Funcionam como uma reserva de sementes acessível a todos os membros da comunidade, especialmente em períodos críticos, quando as reservas familiares se encontram esgotadas, ou quando há intenção de ampliar a área cultivada. Para garantir a continuidade e sustentabilidade da iniciativa, é estabelecida localmente uma cifra mínima de reembolso, acordada com a comunidade.



Fotos: Andulo, Bié - Banco Comunitário de Sementes

Em 2024, o total de beneficiários dos Bancos Comunitários de sementes de feijão registou considerável aumento, tendo passado, no Andulo, dos 4 812 no ano agrícola 2023/2024 para 7 735 no de 2024/2025. Em termos globais, os bancos de sementes de feijão neste município reembolsaram 48 por cento da semente recebida no primeiro ano e 72 por cento da semente recebida no segundo ano. Estes valores demonstram bem que os pequenos produtores estão dispostos a reembolsar quando a distribuição é feita num quadro estruturado e negociado, em que as regras e os benefícios são claros e aceites por todos.

A **Tabela 6** reflecte os valores de semente de feijão distribuída no município do Andulo desde 2022 e o respectivo reembolso.

**Tabela 6 – Distribuição e reembolso de semente de feijão por época agrícola no Andulo**

Localidade	Época agrícola 2022/2023		Época agrícola 2023/2024	Época agrícola 2024/2025
	Semente Fornecida	Semente Reembolsada	Semente Reembolsada	Semente Reembolsada
	[Ton]	[Ton]	[Ton]	[Ton]
Andulo sede	11,7	24,6	36,3	37,4
Calussinga	6,4	11,2	17,6	19,1
Chivaulo	5,2	9,6	14,8	16,2
Cassumbe	1,2	2,3	3,5	4,3
<b>TOTAL</b>	<b>24,5</b>	<b>47,7</b>	<b>72,2</b>	<b>77,0</b>

No caso da Huíla, foi efectuado o fornecimento de variadas mudas de fruteiras, na óptica da diversificação das fontes de alimentos dos agregados familiares. Foram fornecidas um total de 12 mil mudas, mormente de limoeiros, laranjeiras, mamoeiros e mangueiras, tendo cabido a cada membro do GSP uma cifra de 24 plantas. Não obstante a assistência técnica até então prevista, perto de 25 por cento dessas plantas morreram por insuficiência de água. Na base do seu ciclo cultural, essas fruteiras entraram no final do ano 2024 em idade produtiva, com excepção dos mamoeiros que iniciaram com o processo produtivo já no segundo ano de cultivo.



Fotos: Huíla - Fornecimento de variadas mudas de fruteiras

A principal lição tirada em relação ao reduzido pagamento das mudas fornecidas, prende-se com o facto de que, não obstante tratar-se de uma iniciativa identificada com base num diagnóstico participativo, para a fase de implementação não terão sido reunidas todas as condições necessárias para o seu sucesso. O processo de distribuição foi universal, quando somente os agregados familiares com possibilidades de rega deviam ter sido os contemplados. Na realidade, os 25 por cento de plantas que morreram estiveram implantadas em terrenos cuja localização não dava qualquer possibilidade de rega, numa altura em que tais mudas precisavam de, pelo menos, duas boas épocas chuvosas para o seu desenvolvimento sem risco. Já no capítulo do acompanhamento e assistência técnica, a principal lição denota terem sido insuficientes os ensinamentos sobre a dimensão das covas de plantação, a incorporação de matéria orgânica e a protecção das plantas contra a acção nefasta dos animais.

### **Transformação de grãos**

Durante o ano de 2024, as unidades de transformação de grãos continuaram a ser parte integrante das iniciativas de IP, sobretudo em distintas comunidades do Andulo, no Bié, e nos municípios de Cacula e Capunda Cavilongo, na Huíla, tendo passado de 12, em 2023, para 26, em 2024.

Em cada uma dessas comunidades foram constituídos e capacitados grupos de gestão, com foco na utilização e manutenção dos equipamentos, gestão financeira dos proventos resultantes da prestação de serviços aos utentes, práticas de associativismo e princípios de ética. A implementação dessas unidades representa um importante alívio na carga de trabalho das mulheres, tradicionalmente responsáveis pela farinação de cereais nos grupos domésticos, actividade reconhecida pela sua exigência física.

Cada unidade possui uma capacidade instalada de 400 kg por hora e opera com uma estrutura tarifária diferenciada: 25 Kwanzas



por quilograma para os membros dos Grupos Solidários de Produção e 30 Kwanzas por quilograma para os não-membros. O rendimento mensal dessas unidades varia entre os 45 000 e os 90 000 Kwanzas, podendo excepcionalmente haver meses com ganhos fora desse intervalo. As unidades localizadas em circunscrições com maior produção cerealífera registam ganhos maiores, com especial destaque para as que estão implantadas na província do Bié e Norte da província da Huíla.

**Na povoação de Catanha Bandi, no município de Cacula (Huíla), o Grupo Solidário de Produção beneficiou de uma pequena unidade de processamento de grãos. O equipamento foi entregue em Outubro de 2023 e começou a ser operado imediatamente. Nessa altura, as acções de criação e formação do grupo de gestão já tinham sido realizadas.**

A unidade emprega quatro jovens da comunidade que operam os equipamentos de forma alternada, auferindo, cada um deles, um salário de 15 000 Kwanzas. Os jovens, para além de operarem a máquina, responsabilizam-se pela manutenção do equipamento. Até ao momento, não foram registadas avarias, traduzindo-se a manutenção apenas na troca periódica de filtros, substituição de correias e de peneiras.

Aos utentes, membros do GSP, é cobrada uma importância de 20 Kwanzas por caneca de grãos a moer (aproximadamente 800-900 gramas). Aos não-membros, o valor da cobrança é de 25 Kwanzas. Do processo de gestão resultou a arrecadação de 726 750 Kwanzas num período de 5 meses – evidência de uma boa prática de gestão de fundos de um bem colectivo. O dinheiro arrecadado tem sido aplicado em pequenos negócios dos membros da Cooperativa, com reembolsos na ordem de 10 por cento, tal como praticado pela Caixa Comunitária.



O Departamento do IDL-FAS na província da Huíla envolveu, ao longo do ano 2024, Deputados da Assembleia Nacional do Círculo Provincial numa visita de monitoria das acções de IP – um arranjo institucional que permitiu partilhar realizações e constrangimentos, melhorando as percepções externas em relação ao KWENDA e advogar por financiamento público do Programa.

#### • 2.4.2. Acções de carácter pecuário

Em 2024, este tipo de iniciativa continuou circunscrito no fomento animal, com particular atenção para o gado caprino em quatro províncias, nomeadamente Bié (Andulo), Cunene (Curoca), Huíla (Cacula) e Moxico (Luau). Com base no funcionamento de fundos rotativos de inclusão, foram entregues no período sob análise, 1 873 caprinos, mormente 42 em Cacula, 105 no Andulo, 1 086 no Curoca e 640 no Luau.

Incluem-se nesse montante, 378 matrizes resultantes do processo de reembolso, que beneficiaram, de forma directa, 94 novas famílias, cujos detalhes podem ser apreciados na [Tabela 7](#).

**Tabela 7 – Número de caprinos distribuídos e efectivo animal em 2024**

Província	Município	Caprinos						Mortalidade Ocorrida	Efectivo acumulado até Dezembro de 2024
		Distribuídos Até 2023	Mortalidade Ocorrida	Reembolsados Até 2023	Distribuídos Até 2024	Mortalidade Ocorrida	Reembolsados Até 2024		
Bié	Andulo	552	190	43	105	-	-	-	700
Cunene	Curoca (Oncócuá)	792	227	-	198	17	240	-	1 230
	Curoca (Chitado)	-	-	-	648	-	-	-	648
Huíla	Cacula	100	12	-	-	-	42	1	142
Moxico	Luau	-	-	-	544	83	96	5	640
TOTAL		1 444	429	43	1 495	100	378	6	3 360



Em finais de 2024, o efectivo animal é de 3 360 caprinos, embora se tenha registado, no primeiro ano, uma taxa de mortalidade relativamente elevada, da ordem dos 25,0 por cento. Contudo, essa taxa reduziu para 15,7 por cento graças ao melhoramento dos procedimentos de manejo resultantes da formação de 44 tratadores comunitários de gado em Cacula e no Curoca. A formação dos tratadores foi concretizada em colaboração com a representação dos serviços provinciais do Instituto de Veterinária.

Mencione-se, entretanto, que a elevada mortalidade registada, em 2023 e na primeira metade de 2024, deveu-se à inobservância de pressupostos técnicos da parte dos fornecedores, uma insuficiência oportunamente corrigida, para além de ter ocorrido uma estiagem prolongada na província do Cunene que atingiu de forma severa as pastagens do município do Curoca. Por outro lado, no Curoca, além de caprinos, foram também fornecidas 500 galinhas, como alternativa de diversificação da produção ao nível dos grupos domésticos, tendo sido contempladas nessa modalidade 140 agregados familiares.

Esta iniciativa consiste na entrega de animais a famílias para fins de fomento, sendo estes previamente submetidos a um período de quarentena, incluindo vacinação. Em termos gerais, cada família recebe 2 fêmeas e 1 macho. No município do Curoca, na província do Cunene, em razão das limitações nas alternativas de combate à pobreza, foi adoptado um modelo diferenciado, no qual cada família beneficiada recebe 8 fêmeas e 1 macho. A selecção dos beneficiários é realizada com base em metodologias participativas, envolvendo a própria comunidade no processo decisório. De forma geral, são constituídos dois grupos de beneficiários: o grupo primário, que recebe os animais na fase inicial, e o grupo secundário a contemplar posteriormente com o desmame dos filhotes resultantes da primeira leva de nascimentos. Essa abordagem promove um mecanismo de controlo comunitário, uma vez que o segundo grupo acompanha de perto o manejo e a evolução do efectivo animal fornecido aos seus predecessores, criando assim um sistema de responsabilização mútua e de sustentabilidade na gestão dos recursos pecuários.

#### • 2.4.3. Acções na área da apicultura

No município do Luau (Moxico), 18 apicultores de quatro comunidades distintas, designadamente Camicha, Caluho, Chissombo e Caphumba, foram capacitados e apoiados com meios<sup>12</sup> modernos de exploração de mel, tendo sido possível, na safra de 2024, colher 1 370 litros de mel. A um preço médio praticado de 1 800 Kwanzas por litro, os citados apicultores arrecadaram uma importância de 2 740 000 Kwanzas, cumprindo deste modo com um dos propósitos da componente, mormente de gerar renda e subsequente bem-estar. Mencione-se, que, em resultado das ligações ao mercado consumidor que o projecto vem proporcionando, foi possível, para além da sede municipal do Luau, comercializar este mel nas cidades de Luanda, Lubango e Saurimo, com particular atenção para a sua participação em várias feiras de produção local.

Já no quadro da geração do bem-estar, realce para a oportunidade que os ganhos desta iniciativa proporcionaram a um apicultor que adquiriu um terreno para fins habitacionais na vila do Luau, na óptica de edificar uma residência que possa facilitar a escolarização dos filhos, hoje fora do sistema de ensino por falta de escola na respectiva aldeia. Outros cinco apicultores investiram os seus ganhos no aumento da área agrícola cultivada, com particular interesse para as culturas de feijão, amendoim e mandioca. Enquanto isso, outros três apicultores vêm investindo os seus ganhos na aquisição de ferramentas e insumos agrícolas que viabilizem a horticultura<sup>13</sup>, com especial privilégio para meios de rega e de combate a pragas e doenças. Não obstante a mencionada utilização diversificada dos ganhos, é na apicultura que a esmagadora maioria reinvestiu os seus proventos, havendo no cômputo geral, uma aquisição de 76 novas colmeias.

#### • 2.4.4. Caixas comunitárias

As Caixas Comunitárias configuram-se como uma espécie de banco ao nível da comunidade, cuja gestão está a cargo dos Grupos Solidários de Produção. Trata-se de um serviço de financiamento comunitário que oferece pequenos créditos a juros acessíveis — em torno de 10 por cento — para apoiar actividades produtivas ou pequenos negócios. O modelo de reembolso prevê a devolução dos montantes emprestados após três meses, acrescidos de um mês de graça, numa lógica de fortalecimento contínuo do fundo rotativo de inclusão e da capacidade local para concessão de novos créditos comunitários.

<sup>12</sup> Fatos de protecção individual, botas de borracha, prensas para extracção e filtração de mel, fumigadores, luvas de borracha, além de facas, catanas e machados.

<sup>13</sup> Tomate, cebola, couve-chinesa, repolho e quiabo.

Durante o ano de 2024, foram criadas e entraram em funcionamento 36 novas Caixas Comunitárias, sendo oito localizadas no município do Andulo (Bié) e outras 28 localizadas em seis municípios da Huíla. No cômputo geral, as Caixas Comunitárias foram, no período, financiadas em 175 750 000,00 Kwanzas, sendo que 89 por cento deste valor foi aplicado na província da Huíla, em razão da reestruturação da acção piloto que vinha decorrendo naquela província.

Aluda-se, entretanto, que após um processo formativo baseado nos princípios da economia solidária, o capital circulante dessas Caixas evoluiu significativamente, no âmbito do funcionamento de fundos rotativos de inclusão. Esse modelo implicou a realização de várias assembleias de desembolso e reembolso ao longo do ano, resultando globalmente no crescimento do fundo em circulação para um valor acumulado de 230 250 000 Kwanzas, sendo este um montante que se estima que venha a ultrapassar os 333 milhões de Kwanzas com a conclusão dos desembolsos previstos para 2025.

Até Dezembro de 2024, este tipo de iniciativa contemplou 1 990 beneficiários. Além dessas iniciativas em curso, estão em fase de formação e financiamento 57 novas Caixas Comunitárias, com previsão de início de funcionamento em 2025, abrangendo oito outras províncias do país, designadamente Benguela, Cabinda, Cuanza Norte, Cuanza Sul, Huambo, Luanda, Malanje e Uíge.

#### • 2.4.5. Acções de profissionalização a nível urbano

As acções da Inclusão Produtiva em meio urbano envolvem diversas Organizações Comunitárias de Base (OCB), que, em articulação com as Agências de Implementação (AI), desenvolvem iniciativas de formação técnico-profissional voltadas principalmente para jovens em situação de vulnerabilidade. No âmbito desta componente, foram seleccionadas nove OCB<sup>14</sup> localizadas nas cidades de Benguela, Luanda e Lubango.

Foram aprovados 13 cursos sobre temáticas de beleza e estética, cabeleireiro, canalização, carpintaria, corte e costura, culinária, decoração, electricidade, frio e climatização, ladrilho/pladur, mecânica moto e recauchutagem, pastelaria e serralharia. De forma transversal, são administradas noções de empreendedorismo, ética e competências para a vida.

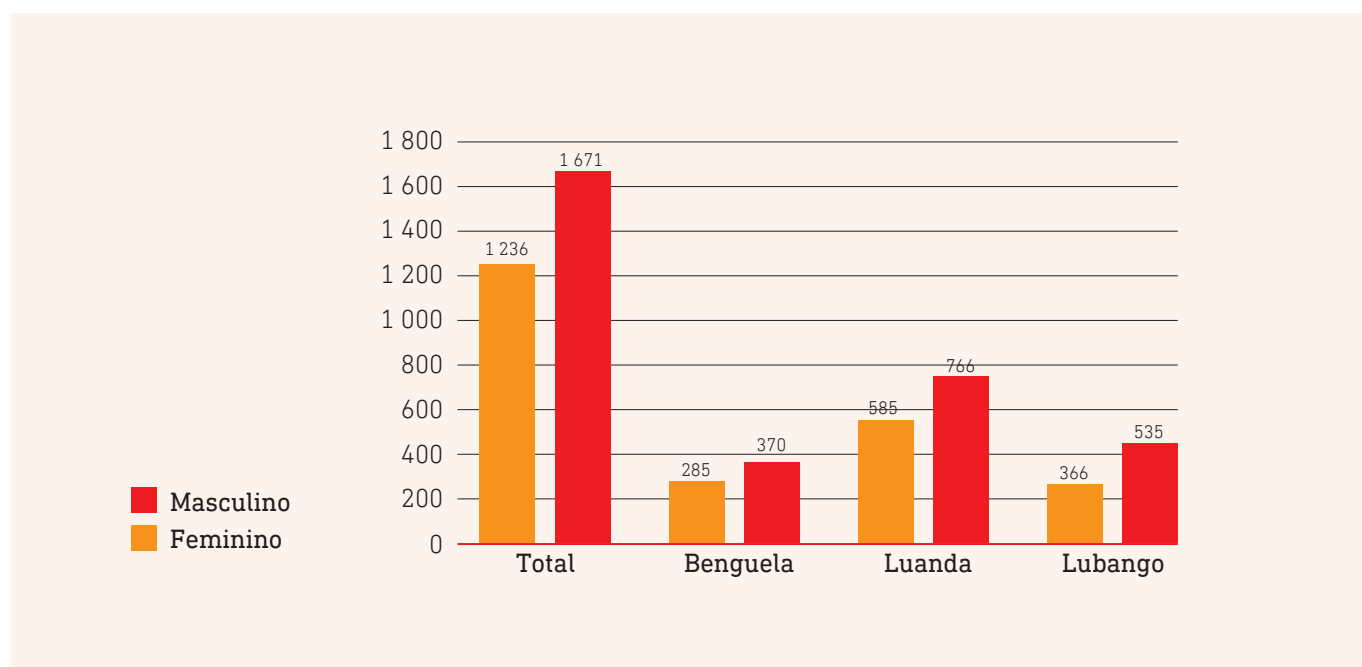


Até Dezembro de 2024, terminou com sucesso o primeiro turno de formação um total de 2 907 jovens, dos quais 57,5 por cento são mulheres, como reflectido na **Figura 5**. De entre os cursos mais procurados sinalizam-se a culinária, a pastelaria e o curso de cabeleireiro. Para esse grupo de beneficiários prevê-se que, ao longo do primeiro trimestre de 2025 e em articulação com o INAPEM<sup>15</sup> e as Administrações Municipais, se desencadeie um processo de constituição e legalização de pequenos Grupos Solidários de Produção com recurso à Lei das Cooperativas, na óptica de lhes serem fornecidos kits de trabalho.

<sup>14</sup> **Benguela:** Associação Acolhedora e Desenvolvimento das Crianças Desamparadas de Angola (AADCRIDA) e Associação ELIKONGELO Lio Milu; **Luanda:** a Associação de Mulheres Cristãs (AMC), Associação Mulheres Raiz da Vida (AMRV), Associação Porta da Esperança (APE), Associação Samuel Brace Coles (ASBC) e Igreja Evangélica de Angola (IEA); **Lubango:** Associação de Jovens Movidos por Angola (AJOMA) e Igreja Evangélica Congregacional em Angola (IECA).

<sup>15</sup> Instituto Nacional de Apoio às Micro, Pequenas e Médias Empresas.

**Figura 5 – Número de beneficiários com formação profissional em zonas urbanas**



Depreende-se nessa perspectiva, que esta modalidade de IP representa um esforço relevante na promoção e reforço das capacidades dos jovens, contribuindo para a sua inserção social e económica em contextos urbanos.

#### • 2.4.6. Reflexão sobre as iniciativas de IP

O ano de 2024 marcou, de forma concreta, o início da colheita dos primeiros resultados decorrentes do ajustamento metodológico da implementação da IP, sobretudo após a conclusão do processo de reestruturação no terceiro trimestre. Os avanços registados reflectem-se tanto no âmbito geográfico, como na expansão e consolidação das componentes operacionais da IP.

Do ponto de vista territorial, a implementação da IP passou de cinco (5) províncias em 2023 – Bié, Cábinda, Cunene, Huíla e Moxico – para dez (10) em 2024, com a inclusão das províncias do Cuanza Norte, Cuanza Sul, Huambo, Luanda e Uíge. Paralelamente, o número de municípios com intervenções da IP aumentou significativamente, progredindo de 5 para 46 e cobrindo um leque abrangente de novas localidades.

Os dados demonstram uma clara consolidação da IP, tanto em termos de abrangência territorial quanto na profundidade das intervenções, reflectindo uma melhor organização metodológica e maior impacto sobre as comunidades beneficiadas.

A constituição dos Comitês Locais de Acompanhamento e Garantia da Boa Execução revelou-se uma das lições mais significativas extraídas ao longo do ano de 2024. Esta prática, agora considerada uma referência positiva no modelo de implementação da IP, emergiu a partir de um percalço registado na província da Huíla. Na ocasião, o acompanhamento limitado por parte da agência de implementação, aliado ao fraco envolvimento das autoridades locais, resultou num excesso de zelo por parte da direcção de um Grupo Solidário de Produção, o que levou ao desrespeito de princípios metodológicos no acesso aos fundos das Caixas Comunitárias.

Em resposta a essa situação, foram criados os referidos comités<sup>16</sup>, constituídos como equipas conjuntas de monitoria e acompanhamento das actividades no terreno. Esta abordagem tem-se revelado fundamental para assegurar a boa execução das acções, promover a responsabilização dos actores locais, reforçar a apropriação comunitária das iniciativas e garantir a sua sustentabilidade a médio e longo prazo.

Entretanto, as acções de Inclusão Produtiva não estão, pela sua natureza e escopo, isentas de desafios. Seguindo um ciclo e *timing* muito diferenciado das transferências monetárias, a sua implementação apresentou alguns factores críticos, para além dos já referidos em cada tipologia de acções descrita.

**Complexidade** | O nível de complexidade das acções determinou a demora na reestruturação das iniciativas concebidas nos primeiros anos e o desenho de novas. De igual modo, conduziu à tardia aprovação das iniciativas resultantes do processo de diagnóstico e reestruturação.

**Integração** | A integração entre as transferências monetárias e as acções de inclusão produtiva representa uma vantagem na superação da condição de vulnerabilidade ao nível do agregado familiar, embora difícil de promover dado o *timing* diferenciado das duas componentes.

**Sazonalidade** | As intervenções agrárias necessitam ser conduzidas respeitando calendários sazonais específicos a cada região e a cada cultura agrícola concreta.

**Monitoria e Avaliação** | Necessidade de um quadro de M&A específico para cada tipologia de acções e integração no quadro mais global do Programa.

**Recursos Humanos** | Reduzida dimensão da equipa do IDL-FAS dedicada a esta componente, sobretudo a nível local. Esta equipa carece, por outro lado, de formação especializada.

**Burocracia** | Excessiva burocracia e falta de uniformidade nas exigências documentais e legais em processos de legalização dos Grupos Solidários de Produção.

## 2.5. Municipalização da Acção Social

A criação de um sistema eficaz de redes de segurança social a médio prazo, com foco no combate à pobreza, determinou a descentralização dos serviços sociais, que inclui a municipalização da assistência social. Esse processo envolve o fortalecimento da capacidade institucional e administrativa dos programas de assistência, combinando acções como as Transferências Sociais Monetárias, iniciativas de Inclusão Produtiva e serviços de apoio ao desenvolvimento do Capital Humano. Esta abordagem integra acções de investimento contínuo no capital humano e busca aproximar os serviços sociais básicos das comunidades.

O objectivo é garantir que a população pobre e vulnerável tenha condições de participar activamente no desenvolvimento e crescimento do país. Nesse contexto, o Programa tem prestado apoio às Administrações Municipais, tanto na reabilitação e apetrechamento de infra-estruturas destinadas aos Centros de Acção Social Integrados (CASI), como no apoio técnico para a implementação de um sistema eficaz de referenciamento de casos. Entre as actividades realizadas, destacam-se acções de formação e informação sobre prevenção de riscos sociais, bem como o encaminhamento e a resolução de situações de grave vulnerabilidade, no âmbito da protecção e promoção social.

O serviço de acção social é executado por técnicos especializados e por uma ampla rede de agentes comunitários de desenvolvimento (ADECOS), organizados em Centros de Acção Social Integrados, sob a coordenação das Direcções Municipais de Acção Social. Com o intuito de reforçar essa estrutura,

<sup>16</sup> Além de técnicos do IDL-FAS e da Agência de Implementação, compõem estes comités membros da Administração Municipal, com realce para os Directores da Acção Social, Agricultura e Desenvolvimento Económico Integrado.

o Programa KWENDA definiu, entre as suas metas, a reabilitação de várias infra-estruturas locais, destinadas ao acolhimento e funcionamento adequado desses serviços.

Os Centros de Acção Social Integrados são equipamentos públicos criados para prestar serviços integrados de atendimento e acompanhamento a pessoas, famílias e comunidades em situação de vulnerabilidade ou exclusão social. Também oferecem respostas de emergência social no contexto local, com o objectivo de prevenir riscos sociais, proteger os casos de maior vulnerabilidade e promover a inclusão social. Eles são a principal “porta de entrada” para a população em situação de pobreza ou vulnerabilidade.

A **Tabela 8** reflecte o número de CASI reabilitados pelo Programa e em funcionamento até finais de 2024.

**Tabela 8 – Número de CASI reabilitados e em funcionamento**

Província	Municípios	2020	2021	2022	2023	2024
Bié	Andulo	-	1	-	-	-
Cabinda	Belize e Cabinda	-	1	-	-	1
C. Cubango	C. Cuanavale, Cuchi, Dirico e Rivungo	1	-	-	-	3
Cuanza Norte	Quiculungo	-	-	1	-	-
Cuanza Sul	Ebo, Seles e Cassongue	-	1	1	-	1
Benguela	Chongoroi	-	-	1	-	-
Cunene	Namacunde e Ombandja	1	-	-	1	-
Huíla	Cacula, Humpata, Gambos e Quilengues	1	1	2	-	-
Luanda	Icolo Bengo e Quicama	-	1	1	-	-
Malanje	C.Catembo e Luquembo	-	1	1	-	-
Namibe	Virei, Bibala e Camucuio	-	1	-	-	2
Zaire	Cuimba e Nzeto	1	-	1	-	-
Bengo	Quibaxi	-	-	-	1	-
Cuanza Sul	Golungo Alto	-	-	-	-	1
Uíge	Songo	-	-	-	-	1
Moxico	Luau	-	-	-	1	-
<b>TOTAL</b>		<b>4</b>	<b>7</b>	<b>8</b>	<b>3</b>	<b>9</b>

Até 2024, foram reportados 31 CASI reabilitados e apetrechados pelo IDL-FAS, todos em funcionamento. Tendo em conta que o Programa se estendeu a 98 municípios de 18 províncias em 2024, há ainda um grande esforço de cobertura geográfica a efectuar para garantir os serviços sociais básicos aos cidadãos.

Ao longo de 2024, os Centros de Acção Social Integrados consolidaram-se como instrumentos estratégicos para a promoção do bem-estar e inclusão social das comunidades, especialmente nas zonas mais vulneráveis. Estes centros desempenharam um papel crucial na aproximação da população aos serviços sociais básicos e na promoção de mudanças significativas a nível comunitário.

Entre os serviços prestados contam-se:

- Emissão de bilhetes de identidade, facilitando o acesso a direitos civis e programas sociais;
- Campanhas de vacinação, contribuindo para a prevenção de doenças;
- Programas de alfabetização, com foco especial na inclusão de mulheres;
- Aconselhamento e apoio em questões de protecção social;
- Gestão de reclamações apresentadas pelos beneficiários do Programa KWENDA.

Em matéria de transformação social, os CASI também funcionaram como espaços de sensibilização e educação cívica, promovendo:

- A valorização dos direitos humanos;
- A prevenção de doenças e a melhoria das práticas de saneamento básico;
- O estímulo à participação em grupos solidários e iniciativas de inclusão produtiva.
- A capacitação e sensibilização para a mudança de comportamento, com foco em temas como:
  - Prevenção da violência contra a mulher, a criança e o idoso;
  - Combate à violência baseada no género (VBG);
  - Prevenção da gravidez e do casamento precoce;
  - Empoderamento da mulher;
  - Apoio a pessoas que vivem com HIV e outras doenças crónicas.



**SERVIÇOS MAIS PRÓXIMOS DOS CIDADÃOS**



Durante o ano de 2024, os CASI atenderam 362 267 pessoas, com destaque para o número de indivíduos que puderam obter os Bilhetes de Identidade, como reflectido na **Tabela 9**. Esta actividade decorre desde o início do Programa e tornou-se progressivamente mais sistematizada no decurso da implementação do KWENDA, na medida em que é efectuada concomitantemente ao cadastramento dos beneficiários do Programa.

**Tabela 9 – Número de pessoas que obtiveram Bilhete de Identidade**

Província	Município	2021	2022	2023	2024
Benguela	Benguela	-	-	-	20
	Chongoroi	-	37	1 720	15
	Cubal	-	-	-	138
Bié	Andulo	1 615	10	2 835	-
Bengo	Dembos	-	-	754	4
Cabinda	Belize	107	-	148	3
C. Cubango	C.Cuanavale	2 063	18	2 158	3 139
	Cuangular	-	-	-	498
	Cuchi	-	-	-	2 780
	Dirico	-	-	-	2 671
Cuanza Norte	Cambambe	-	-	-	53
	Golungo Alto	-	-	-	148
	Quiculungo	-	-	651	-
	Sanba Cajú	-	-	-	23
Cuanza Sul	Cassongue	-	-	-	342
	Ebo	-	835	1 746	31
	Seles	700	112	978	218
Cunene	Curoca	-	-	-	6
	Namacunde	-	462	128	-
	Ombadja	1 976	213	1 515	221
Huila	Cacula	2 356	9 282	8 788	25 345
	Chibia	-	-	-	10
	Gambos	536	-	2 451	106
	Humpata	-	35	840	-
	Quilengues	536	-	1 121	16
Luanda	Quissama	238	-	663	69
	Icolo e Bengo	25	1 127	2 569	-
Lunda Norte	Cambulo	-	-	-	766
	Caungula	-	-	-	784
	Cuango	-	-	-	1 103
	Cuilo	-	-	-	154
	Lóvua	-	-	-	378
	Lubalo	-	-	-	649
	Lucapa	-	-	-	668
	Calandula	-	-	-	329
Malanje	C. Catembo	1 415	4 542	5 141	277
	Luquembo	-	426	547	51
	Quirima	-	-	-	55
Moxico	Camanongue	-	-	-	340
	Luau	-	-	413	92
	Luchazes	-	-	-	919
Namibe	Bibala	-	-	-	8 798
	Camucuio	-	-	-	2 502
	Tômbua	-	-	-	2 185
	Virei	85	4	201	6 854
Luanda	Cuimba	-	9 362	12 356	1050
	Nzeto	2 458	202	3 975	15 236
<b>TOTAL</b>		<b>14 110</b>	<b>26 667</b>	<b>3 975</b>	<b>70 026</b>

Os CASI têm-se revelado um serviço público procurado pelos residentes nas suas áreas de implantação e em áreas adjacentes, por concentrarem a possibilidade de tratar diferentes serviços num só local, a baixo custo. Para garantir maior eficácia na resposta às necessidades dos beneficiários, os CASI estabeleceram parcerias com instituições públicas, privadas e organizações não governamentais actuaes nas suas áreas de jurisdição.

É de realçar que o serviço está localizado nas sedes municipais e o acesso por parte de utentes de comunas distantes é difícil pelos custos e tempo exigidos. O serviço móvel motorizado facultado pelo Programa aos CASI pode permitir contornar parte desta dificuldade de alcançar populações nessas comunas. Isso permitiria, por exemplo, aumentar o número de registos de nascimento que podem ser feitos localmente nas comunidades, proceder a mais despistes de saúde e detecção de casos de vulnerabilidade extrema, garantindo maior proximidade do serviço aos cidadãos. Contudo, o funcionamento destes serviços móveis é muito condicionado pelo orçamento disponibilizado pelas Administrações municipais para o funcionamento dos CASI, já que estes não são ainda unidades orçamentais.

Na linha do reforço da capacidade dos CASI, o Programa definiu uma estratégia específica para reforçar a sua aptidão na recolha e sistematização de dados. Durante o ano de 2024, foram colocados nesses serviços Estagiários do IDL-FAS, para auxiliar os técnicos na sistematização dos dados recolhidos. Foi igualmente elaborada, em formato físico e digital, uma ficha de recolha de dados sobre o atendimento aos beneficiários do KWENDA e de outras acções de carácter social.

A iniciativa de medicina comunitária “**Keba Buvinya**”<sup>17</sup>, promovida pelo CASI de Cabinda, tornou-se prática corrente da Secretaria Provincial de Saúde, das Administrações municipais, das instituições ligadas à Saúde – Faculdade de Medicina, Associação de Dadores de Sangue de Cabinda e do Departamento Provincial do IDL-FAS Cabinda. A iniciativa consiste na mobilização dos recursos técnicos, humanos e logísticos para a prestação regular de cuidados de saúde de campanha ou feiras de saúde nas comunidades e nos pontos de pagamento e prova de vida dos beneficiários do KWENDA.

A iniciativa inclui: (i) *palestras de mobilização e educação para saúde*; (ii) *consultas de medicina geral, tratamento ambulatorio e encaminhamento de casos para os Hospitais*; (iii) *rastreio de doenças não infecciosas (paludismo, doenças cardiovasculares, hérnias, epilepsia) e da malnutrição aguda* e (iv) *administração da vitamina A, desparasitação e vacinação monodose*.



Maior coesão social e fortalecimento dos laços comunitários, aumento da confiança entre cidadãos e instituições, mudança positiva de mentalidades, com maior consciência cívica e sanitária e criação de oportunidades para geração de renda e inclusão económica foram os principais impactos da acção dos CASI. Eles não apenas ampliaram o acesso a serviços essenciais, mas também promoveram uma abordagem integrada de desenvolvimento social, com impactos duradouros na vida das populações atendidas.

<sup>17</sup> Keba Buvinya significa 'Cuida da Saúde' em língua nacional Ibinda (Fyote).

• 2.5.1. Grupos minoritários beneficiários

Em 2024, o trabalho do KWENDA com os grupos minoritários na Região Sul de Angola registou uma evolução significativa, com a inclusão de mais 2 890 agregados familiares relativamente a 2023. Com uma abordagem bastante diferenciada, esta intervenção tem possibilitado a ligação dos beneficiários aos serviços sociais básicos, como o acesso a documentos de registo civil e identidade, o encaminhamento de casos de saúde e o incentivo à criação de pequenas hortas familiares, sobretudo em áreas com disponibilidade de água. A **Tabela 10** apresenta o número de beneficiários pertencentes a minorias étnicas atendido pelo Programa KWENDA.

**Tabela 10 – Número de beneficiários de minorias étnicas na Região Sul**

Província	Município	Grupo Étnico	Número de Beneficiários		
			M	F	TOTAL
Cuando Cubango	C.Cuanavale (Sede, Baixo Longa)	San	81	42	123
	Calai	San	71	54	125
	Cuangular	San	105	75	180
	Dirico	San	35	19	54
Cunene	Ombadja (Chivemba)	San	48	38	86
	Namacunde	San	115	49	164
	Namacunde	San	44	87	131
	Curoca	Vatwa	174	105	279
		Mutchavikua	58	36	94
Huíla	Cacula	San	120	62	182
	Chibia	San	34	22	56
	Chibia	Vatwa	13	11	24
Moxico	Luchazes	San	47	21	68
Namibe	Bibala	Vatwa, Kwissee	564	28	592
	Virei	Kwissee	35	85	120
	Camucuio	Vatwa	170	190	360
	Tombwa	Himba	591	877	1 468
TOTAL			2 305	1 801	4 106

O Programa efectuou, este ano, um diagnóstico mais aprofundado de algumas destas comunidades, com a finalidade de desenhar propostas de inclusão produtiva adequadas para estes agregados familiares. O diagnóstico incluiu diferentes actividades agrícolas e de fomento animal.



Como resultado desse diagnóstico, as comunidades San do município de Cacula (Huíla) receberam diversas sementes de cereais, leguminosas e hortícolas, além de instrumentos de trabalho, bem como a assistência técnica à produção na época agrícola 2024/2025. No Curoca (Cunene), 26 agregados da comunidade Vatwa, em Oncócuá, foram contemplados com caprinos para fomento animal.

Esses grupos enfrentam sérias dificuldades para manter os seus modos de vida tradicionais, devido ao avanço da urbanização e aos bloqueios impostos por populações bantu sedentarizadas. As suas práticas ancestrais, baseadas na recolha de frutos silvestres, mel, caça e pesca fluvial, têm sido cada vez mais comprometidas pelo distanciamento progressivo dos locais de subsistência e pela proibição do acesso a esses recursos. Em algumas aldeias onde residem temporariamente, os pontos de água, construídos especificamente para seu uso, têm sido vandalizados, agravando ainda mais a situação. Casos de conflito com comunidades sedentarizadas ocorreram, sobretudo, na província do Cuando Cubango, onde pontos de água destinados exclusivamente a esses grupos foram destruídos.

### • 2.5.2. Desafios da Municipalização da Acção Social

A implementação de acções nesta componente não está isenta de desafios, como já se vem referindo ao longo deste texto e em anos precedentes, e que se resumem a seguir:

- **Clarificação de funções e responsabilidades** | É importante a separação de funções entre a Direcção Municipal da Acção Social e a gestão do CASI, discriminando as tarefas e os limites de responsabilidade de cada serviço, de modo a delimitar os campos de actuação e permitir que haja responsabilização pelos planos de trabalho. Na realidade, à direcção municipal caberia mais uma função de monitoria da execução das políticas de protecção social e ao CASI a prestação de serviços como 'guiché único' da acção social.
- **Quadro de pessoal permanente** | Garantir um quadro de pessoal permanente e estável nos CASI evita duplicidade de funções entre o coordenador do CASI e a Direcção Municipal da Acção Social. Mudanças constantes de técnicos alocados aos CASI é um desafio do ponto de vista da continuidade do trabalho e da necessária capacitação regular destes técnicos para se oferecerem serviços com qualidade e especializados.
- **Recursos financeiros** | A indisponibilidade de recursos financeiros do OGE para o funcionamento dos CASI não permite recrutar quadros com o perfil necessário aos CASI e reter os poucos quadros existentes. Os CASI operam com quadros com pouca qualificação para a compreensão e execução das actividades da acção social, para elaborar projectos de desenvolvimento comunitário, orientar a busca activa de situações de vulnerabilidade e pobreza e de estabelecer uma dinâmica de parcerias a nível local.
- **Acesso a sinal de comunicações** | Assegurar o acesso à internet para garantir a digitalização dos serviços é determinante para a sua eficácia e relevância. O tempo de intervenção é fundamental no socorro a diferentes tipos de casos de vulnerabilidade extrema. Para isso contribuem a comunicação e o processamento célere de dados recolhidos de várias fontes e prontamente distribuídos às instituições que sobre eles devem agir.
- **Elaboração de projectos comunitários** | Elaborar e obter financiamento para projectos comunitários em resposta aos problemas identificados contribui não só para trabalhar temáticas sociais que respondam às necessidades da população, como ajuda na sustentabilidade dos CASI. Como já referido, a qualidade dos técnicos postos à disposição dos CASI é determinante.
- **Concentração geográfica** | Os serviços de acção social estão concentrados nas sedes municipais, delimitando o acesso de populações mais distantes e com mobilidade reduzida aos serviços. O serviço móvel previsto só pode funcionar com orçamento próprio.

A municipalização da acção social é uma necessidade incontornável e as acções realizadas no quadro da acção conjunta entre as Administrações municipais, distintos organismos locais vocacionados para a acção social e o Programa KWENDA para efectuar os cadastramentos e pagamentos dos benefícios demonstraram que é possível fazer trabalho com os municípios e as comunas de modo a ter melhor conhecimento das condições sociais de vida da população e a agir sobre as situações de vulnerabilidade das famílias, mas o processo implica uma integração sectorial.

### • 2.5.3. Agentes de Desenvolvimento Comunitário e Sanitário (ADECOS)

Os Agentes de Desenvolvimento Comunitário e Sanitário (ADECOS) são um elo muito importante na cadeia da acção social, actuando como ligação imediata e permanente entre as comunidades e as instituições responsáveis pela acção social. Estão previstos no Programa Nacional de ADECOS (PNADECOS) e alinhados com várias políticas e planos do sector, como a Política Nacional de Saúde, o Plano Nacional de Desenvolvimento Sanitário (2012/2025) e o Plano Estratégico da Administração do Território (2015/2025), denotando o compromisso do Governo angolano de ampliar os serviços sociais na comunidade e promover o seu desenvolvimento.



Esses agentes são seleccionados entre os próprios moradores da comunidade, levando em conta qualidades humanas, idade entre 18 e 60 anos, formação mínima de 6ª classe, residência na micro-área onde actuam, domínio da língua local e do português, reconhecimento pela comunidade, além de boas habilidades de comunicação e relacionamento. Eles recebem capacitação e trabalham sob supervisão do Instituto de Desenvolvimento Local-FAS.

No âmbito do Programa KWENDA, os ADECOS também realizam cadastramentos, acções de sensibilização, diálogo comunitário, validação de informações e pagamentos. Além disso, podem actuar em vigilância de saúde, situação escolar, vacinação, vulnerabilidade, violência doméstica e contra a criança, encaminhando casos para os centros de protecção social (CASI).

O FAS e seus parceiros, CRESCER e Visão Mundial, formaram e controlaram, até Dezembro de 2024, um total de 5 429 ADECOS. Desses, 21,9 por cento são mulheres. O IDL-FAS, através da sua área de Monitoria e Avaliação, criou uma ferramenta importante para a gestão destes agentes comunitários. Trata-se de um aplicativo que permite um controlo rigoroso e a actualização anual dos dados de cada ADECOS, operando no mesmo princípio da “prova de vida”, garantindo a veracidade e pertinência da informação. A sua flexibilidade operacional, quer seja em modo *online* para sincronização imediata, quer em modo *offline* para o trabalho no terreno sem acesso à Internet, sublinha a sua importância crítica. Essencialmente, a ferramenta assegura uma base de dados fiável e sempre actual para a tomada de decisões, permitindo o cruzamento rápido da participação dos ADECOS em acções no Programa KWENDA, maximizando a eficiência e o impacto das acções destes agentes nas suas zonas de intervenção. Em 2024, um total de 4 231 ADECOS foram cadastrados e fizeram prova de vida na plataforma que usa o aplicativo *Kobocollect*<sup>18</sup>.

No âmbito do Programa KWENDA, que actuou em 94 municípios do país, operam 3 789 ADECOS, conforme reflectido na **Tabela 11**. Desses, 829 são mulheres, demonstrando o esforço para incluir as questões de género na acção social. Uma parte importante desses agentes (86,6 por cento) estão certificados, o que reforça a qualificação e preparação para desempenhar as suas funções. Além disso, existem 462 Supervisores de ADECOS a operar com o Programa, sendo 20 por cento dos supervisores do sexo feminino. Os supervisores são, na sua maioria, técnicos das Administrações Municipais, actuando principalmente nas áreas de saúde, acção social e agricultura.

Esse cenário evidencia o empenho em envolver e capacitar diferentes membros da comunidade, promovendo a inclusão e fortalecendo as acções sociais e de saúde em várias regiões.

**Tabela 11 – Número de ADECOS a operar com o Programa KWENDA**

#	Província	Numero de ADECOS			Certificados
		Masculino	Feminino	Total	
1	Bengo	139	38	177	159
2	Benguela	192	40	232	182
3	Bié	201	29	230	228
4	Cabinda	164	120	284	284
5	C.Cubango	242	60	302	30
6	Cuanza Norte	214	40	254	195
7	Cuanza Sul	238	51	289	180
8	Cunene	137	66	203	186
9	Huambo	150	57	207	241
10	Huila	170	78	248	278
11	Luanda	78	63	141	188
12	Lunda Norte	216	32	248	249
13	Lunda Sul	112	7	119	89
14	Malanje	182	32	214	226
15	Moxico	180	32	212	137
16	Namibe	78	43	121	121
17	Uige	156	17	173	173
18	Zaire	111	24	135	135
TOTAL		2 960	829	3 789	3 281

<sup>18</sup> O *Kobocollect* é um aplicativo para Android para entrada de dados primários, para uso com o *KoboToolbox*.

Estes agentes comunitários recebem uma capacitação bastante abrangente, ministrada pelos técnicos responsáveis. Eles aprofundam temas sobre diálogo comunitário, inclusão produtiva, uso de benefícios monetários, serviços bancários, poupança, gestão de conflitos e associativismo. Além disso, também são treinados em questões técnicas essenciais, como controlo das micro-áreas de trabalho, cadastramento, validação, pagamentos e sistema de reclamações. Todo esse processo de formação é certificado pela ENFOTSS, garantindo a qualidade do treinamento.

Durante 21 dias, esses agentes participam de módulos específicos – Saúde, Agricultura e Municipalização da Acção Social – que podem acontecer em Luanda ou nas regiões onde o Programa actua, sempre sob a supervisão dos Supervisores dos ADECOS. Estes, num total de 335 dos 462 que trabalham com o KWENDA, são todos formados e certificados pela ENFOTSS nestas temáticas e como formadores.

Este ano, os ADECOS passaram por uma nova formação como repórteres comunitários. Essa capacitação aproveita a proximidade deles com o dia-a-dia das comunidades, permitindo que recolham notícias, informações e histórias de interesse noticioso. Assim, eles podem actuar também como uma ponte entre a comunidade e outras áreas geográficas, ajudando a divulgar informações importantes e a fortalecer a comunicação local.

## **Temas de formação dos ADECOS**

### **Tema Saúde:**

- Saúde materno-infantil (gravidez, parto, cuidados neo-natais, acompanhamento de recém-nascidos, alimentação exclusiva, desenvolvimento infantil, vacinação).
- Prevenção e gestão de casos simples de malária.
- Doenças diarreicas, respiratórias e hídricas.

### **VIH-SIDA:**

- Despiste nutricional (gestão de casos de malnutrição).
- Referenciação para unidades de saúde.
- Saneamento básico e do meio (água, lavar as mãos e corpo, torneiras *tippy tap*, higiene dos alimentos).

### **Municipalização da Acção Social:**

- Competências familiares.
- Resgate de valores morais e cívicos.
- Abordagem de Género.
- Violência doméstica e violência baseada no género.
- Direitos Humanos.
- Gestão de casos sociais.
- Cadastro Social Único.
- Sistema de Informação de Gestão da Acção Social.
- Municipalização da Acção Social: Conceito.
- Dimensões de vulnerabilidade.

### **Protecção Social de Base:**

- Diálogo comunitário em todas as fases das TSM (Cadastramento, Validação e Pagamento).

### **Tema Agricultura:**

- Calendário sazonal agrícola.

### **Segurança alimentar:**

- Roda alimentar e importância dos alimentos.
- Boas práticas em hortas caseiras.



*A equipa do IDL-FAS no Cuanza Norte, atravessa uma lagoa para cadastrar as famílias da aldeia Cambunze.*

Os ADECOS têm demonstrado ser um recurso indispensável para a concretização das políticas e programas de acção social junto das comunidades. Eles encontram-se num ponto importante da cadeia de comunicação entre as instituições nos municípios e comunas e a população. Apesar do esforço efectuado pelo Programa de formação, certificação e dotação com meios de trabalho, mantém-se alguns desafios relacionados sobretudo com a sustentabilidade da rede destes agentes comunitários, na qual foi aplicado um esforço financeiro e de formação muito significativo nos últimos quatro anos.

**Programa Nacional dos ADECOS** | A aprovação do PNADECOS pelas diferentes instituições vocacionadas para a acção social.

**Financiamento público** | O financiamento público destes agentes comunitários é determinante para garantir um trabalho continuado e consistente.

**Expansão para a nova DPA** | Representa um desafio expandir a todos os actuais 326 municípios.

**Equilíbrio de género** | Uma maior participação de ADECOS do sexo feminino no trabalho da acção social a nível local para melhor abordar as questões das mulheres.

**Inclusão de ferramentas digitais** | No interesse de melhorar a comunicação, a monitoria e as acções de formação, incluindo a sua participação mais efectiva no Sistema de Queixas e Reclamações.

**Formação** | A formação precisa ser contínua em todos os municípios.

**Monitoria e avaliação de desempenho** | É indispensável ter um quadro de avaliação do seu desempenho.



Teresa Jambela é uma ADECOS, de 26 anos de idade, que trabalha na povoação do Lulambo, na Comuna do Tumbulo, Município do Cubal (Benguela). Foi eleita de um grupo de seis proponentes a ADECOS pela população daquela povoação, em Maio de 2022: *'Era preciso alguém que tenha a 6ª classe no mínimo, que sabe ler e escrever e que sabe fazer algumas contas mínimas. Então, naquele grupo eu fui a seleccionada, graças a Deus! Agradeço bastante aquele povo. No dia 25 de Junho de 2022, começamos a formação e, depois de uma semana de formação, fizemos experiência no bairro do Mukuku I. Depois, em 2023, começámos os pagamentos nas Comunas do Tumbulo, da Iambala e na Comuna sede.'*

Teresa valoriza a experiência do ponto de vista profissional, mas também pessoal. O facto de ter uma actividade remunerada mudou a sua vida. *'O KWENDA, ajudou a minha vida muito mesmo, porque antes apenas era estudante. Com o subsídio que eu recebi no período de trabalho como ADECOS, consegui comprar, no mês de Junho de 2022, alguns quilos de massambala no valor de 150 000 Kwanzas. Consegui vender a 400 Kwanzas e comprar uma arca de 200 000 Kwanzas e alguns caprinos. Valeu a pena ter comprado a arca, porque até esse ano me ajuda: faço gelado, tenho duas moças que vendem na praça da Cassiva, faço sumo e vendo gelo'.*

Profissionalmente considera importante o trabalho que faz junto da comunidade: *'Sou ADECOS há 3 anos com muito orgulho, por ter ajudado a minha comunidade a resolver muitos problemas. Até já resolvemos o problema da cólera na minha comunidade! Muita gente encaminhámos nas unidades de saúde a tempo de se tratarem. As crianças que andam sem estudar começaram a estudar. Temos ainda muita coisa para fazer, mas foi uma evolução!'*

2.6. Cadastro Social Único

O KWENDA pretende fortalecer o Cadastro Social Único (CSU), instituído pelo Decreto Presidencial 136/19, de 5 de Maio. Trata-se de um instrumento nacional de admissão, divulgação, registo e disseminação de potencial elegibilidade para todos os programas de acção social a nível nacional, evitando a duplicação de respostas.

O Programa, através do SIIPS, tem contribuído para a inter-operacionalidade da plataforma SIGAS – Sistema de Informação para a Gestão da Acção Social, sendo uma das poucas instituições que a tem alimentado, com dados recolhidos durante os cadastramentos. Até Dezembro de 2024, foram disponibilizados, para migração para o SIGAS, 4 643 067 dados de indivíduos em situação de vulnerabilidade e pobreza em todo o país. A **Tabela 12** apresenta os dados de indivíduos por província que foram migrados para a plataforma SIGAS.

**Tabela 12 – Número de entradas de pessoas vulneráveis migradas para o SIGAS**

Província	Homens	Mulheres	Total
Bengo	40 871	49 356	49 356
Benguela	295 535	362 669	295 535
Bié	229 419	309 802	229 419
Cabinda	36 226	53 164	89 390
C.Cubango	50 770	61 937	112 707
Cuanza Norte	15 681	36 706	52 387
Cuanza Sul	345 958	400 131	746 089
Cunene	69 641	124 399	194 040
Huambo	290 383	364 140	654 523
Huíla	216 866	290 526	507 392
Luanda	43 498	47 480	90 978
Lunda Norte	78 515	101 977	180 492
Lunda Sul	17 857	31 066	48 923
Malanje	29 432	37 582	6 714
Moxico	84 558	10 807	192 865
Namibe	66 307	86 338	152 645
Uíge	92 029	102 003	194 032
Zaire	30 445	41 493	71 938
<b>TOTAL</b>	<b>2 033 991</b>	<b>2 609 076</b>	<b>4 643 067</b>

O sistema permite que sejam recolhidos alguns dados adicionais sobre a condição social das pessoas cadastradas. Dados como a existência e funcionamento de escolas, o número de crianças fora da escola, a existência e funcionamento de pontos de água para abastecimento da população, número de pessoas com doenças crónicas, número de pessoas sem documentos de identificação e o número de idosos vivendo sozinhos, constituem informações relevantes para diferentes sectores e Administrações a nível local, que utilizam esses dados para a sua planificação.

• 2.6.1. Remodelação e Repaginação do SIIPS

O ano de 2024 marcou, entretanto, uma fase de transformação no Sistema Integrado de Informação da Protecção Social (SIIPS), com o início do processo de transferência industrial dos sistemas e o arranque do programa de formação e capacitação dos quadros técnicos da área. Esta transformação teve como pano de fundo a necessidade de reforçar a apropriação institucional do sistema e assegurar maior

eficiência na gestão, tratamento e análise de dados, num contexto caracterizado por um processo intensivo de remodelação e repaginação do SIIPS.

A iniciativa teve como objectivo central a optimização da funcionalidade, usabilidade, propriedade e relevância do sistema para as operações da instituição, com vista ao fortalecimento da capacidade de resposta e tomada de decisão baseada em evidências. Entre as principais motivações por trás dessas melhorias destacam-se:

- Apropriação e Domínio Técnico, para aumentar a familiaridade e o domínio do sistema por parte dos técnicos do IDL-FAS, que, em 2023, ainda não haviam alcançado uma proficiência completa.
- Redesenho da Estrutura de Dados, visando reestruturar os dados para permitir consultas e análises mais rápidas, eficientes e responsivas, essenciais para a tomada de decisões informadas.
- Desenvolvimento de Módulos Adicionais, para expandir as funcionalidades do sistema através da introdução de novos módulos, como o de controlo da qualidade dos dados e o de gestão de pagamentos. Outros módulos estão em força para implementação num futuro próximo, vitais para a integridade e operacionalidade do SIIPS.

Uma das pedras angulares da reestruturação do Sistema Integrado de Informação da Protecção Social (SIIPS) em 2024 foi o início da implementação de um programa estruturado de capacitação dirigido aos técnicos da área de sistemas. Embora não tenha sido o primeiro esforço formativo, este ano destacou-se pelo investimento significativo na qualificação, reflectindo a necessidade urgente de apropriação e domínio das ferramentas e técnicas que sustentam o novo modelo do SIIPS.

Reconhecendo que a eficácia das melhorias técnicas depende directamente da capacidade dos recursos humanos que as operam, a instituição priorizou a formação e o treinamento como componentes estratégicos. O objectivo foi assegurar que as inovações introduzidas no sistema fossem plenamente compreendidas, operadas com autonomia e exploradas em todo o seu potencial técnico e funcional. Prevê-se que o investimento quer em equipamentos, quer em formações se estenda até finais de 2028. As intervenções na área de sistemas até 2024 geraram resultados muito positivos, nomeadamente:

- Maior Apropriação do Sistema. Aumento notável na autonomia e proficiência dos técnicos, resultando em uso mais eficaz do SIIPS.
- Melhoria na Qualidade dos Dados. Aprimoramento na gestão e qualidade dos dados, com a implementação do menu de controlo de qualidade.
- Reformulações na Estrutura e Identidade Visual do Sistema. Fez-se uma mudança profunda na interface do SIIPS para reflectir a “cara” e as cores do IDL-FAS e aprimorou-se a identidade e usabilidade, gerando maior apropriação e adesão dos usuários.
- Criação de Equipas de Controlo de Qualidade Local. A selecção e formação de 16 assistentes provinciais para análise de dados (Analistas Provinciais de Dados) estabeleceu bases sólidas para um controlo de qualidade mais eficaz e descentralizado.

Em resumo, as acções desencadeadas durante o ano de 2024 traduziram-se em um marco sólido para o estabelecimento do SIIPS e para reafirmar o forte compromisso com a modernização, resultando em maior apropriação e melhoria da qualidade dos dados. O foco da equipa de Monitoria & Avaliação está em garantir que, até ao final de 2025, o SIIPS esteja implementado e em produção, e que seja um sistema moderno, modular, capaz de fornecer dados e estatísticas em tempo real e com fidelidade.

### 3. SALVAGUARDAS AMBIENTAIS E SOCIAIS

O IDL-FAS institucionalizou desde 2020 a Área de Salvaguardas Sociais e Ambientais em resposta às necessidades específicas dos projectos e/ou programas, com vista a reduzir os riscos decorrentes da sua implementação. Foram elaborados dois Planos de Acção fundamentais: (i) desenvolvimento de um mecanismo de gestão de reclamações adaptado às necessidades específicas da instituição e (ii) reforço dos mecanismos de resposta (identificação, encaminhamento e tratamento) de casos de Violência Baseada no Género (VBG).

Estão elaborados e aprovados os documentos de Salvaguardas Sociais e Ambientais<sup>19</sup>:

- **Quadro de Gestão Ambiental e Social.**
- **Plano de envolvimento das partes interessadas.**
- **Quadro de Política das minorias etno-linguísticas.**
- **Procedimentos de gestão de mão-de-obra.**
- **Plano de Compromisso Ambiental e Social.**

No quadro da implementação do KWENDA foram efectivas seis das 10 normas que, conforme o Plano de Compromisso Ambiental e Social (PCAS) do Programa, pressupõe a operacionalização de uma série de acções. É assim que, no período em análise, se realizaram actividades que concorrem para a sua efectivação e de que se apresenta um resumo a seguir.

#### **NAS 1: Avaliação e Gestão de Riscos e Impactos Sócio-ambientais**

*Condução de avaliações ambientais e sociais das actividades do Programa para identificar e avaliar os riscos e efeitos ambientais e sociais e as medidas apropriadas de mitigação.*

- Registo de 4 CASI a reabilitar no Sistema Integrado do Ambiente (SAI), do Ministério do Ambiente (MINAMB).
- Realização de Triagem Ambiental e Social (TAS) a 2 infra-estruturas a reabilitar nos Municípios de Buco Zau (Cabinda) e Cassongue (Cuanza Sul).
- Avaliação Ambiental e Social e emissão de parecer de 25 propostas técnicas das empresas concorrentes para a reabilitação dos CASI de 24 municípios.
- Realização de visita de monitorização ambiental e social a 13 CASI em reabilitação.

#### **NAS 2: Condições de Trabalho e Mão-de-Obra**

*Desenvolver, manter e implementar, durante a implementação do Programa, procedimentos de gestão laboral consistentes com a legislação nacional e ESS2 (Directrizes de Saúde e Segurança Ocupacional), e garantir que eles estejam disponíveis aos trabalhadores do Programa.*

- Cumprimento dos procedimentos de contratação, assim como das medidas de higiene e segurança e segurança ocupacional (SSO).
- Assinados 40 Códigos de Conduta por trabalhadores directos, 3 789 ADECOS, 135 Supervisores de ADECOS, 43 empresas/prestadores de serviços (35 empresas de construção, 5 agentes de pagamento e 3 prestadores de serviços de IP (ADRA, CODESPA, FLM/IAA) e 169 estagiários.
- O uso dos Equipamentos de Protecção Individual (EPI) tem sido respeitado, quer para as equipas de terreno, como para os beneficiários da Inclusão Produtiva e empresas de prestação de serviços.

19

Os documentos estão disponíveis em: [www.fas.co.ao](http://www.fas.co.ao)

Entretanto, foram registadas algumas não-conformidades que, embora tenham sido sanadas, devem ser referidas. Os EPI são pouco utilizados, têm baixa qualidade e o seu número é insuficiente. A água consumida pelos trabalhadores não é tratada; as condições de alojamento dos trabalhadores são inadequadas e, em alguns casos, degradantes; alguns estaleiros estão desprovidos de área social, o que levou ao arrendamento de residências no seio da comunidade.

### **NAS 3: Eficiência de Recursos e Prevenção e Gestão da Poluição**

*Evitar ou minimizar os impactos negativos na saúde humana e ambiente, evitando/minimizando a poluição e a geração de resíduos perigosos e não perigosos provenientes das actividades do Programa.*

- Durante as actividades de campo tem-se envidado esforços para não deixar nas aldeias/bairros os resíduos produzidos como resultado das actividades de cadastramento, validação comunitária e operações de pagamento.
- Para as obras reabilitadas/ampliadas, embora tenham sido definidas medidas de gestão de resíduos e minimização de ruídos, emissão de poeiras e vibrações, nem todas as empresas cumpriram na íntegra.

### **NAS 4: Saúde e Segurança Comunitária**

*Desenvolver e implementar medidas e acções para avaliar e gerir os riscos da violência baseada no género (GBV) na recepção de TSM por mulheres (dentro de casa ou em pontos de pagamento) e riscos de exploração sexual e abuso (SEA) associados a favores sexuais para registo.*

*Adoptar medidas de prevenção relativas ao tráfego e segurança rodoviária.*

- Engajamento dos diferentes actores no compromisso do IDL-FAS em relação à mitigação de casos de VBG/EAS/AS, incluindo empresas de construção, agências de pagamento e prestadores de serviços de IP.
- O Sistema de Participação e Reclamações (SPEREC) foi preparado para acolher ocorrências relacionadas a VBG/EAS/AS e foi reforçada a capacidades das equipas provinciais, parceiros e ADECOS na abordagem da temática.
- Realizadas 3 acções de formação nas províncias do Namibe, Cunene e Cuanza Norte, cujo objectivo foi melhorar os conhecimentos dos participantes sobre VBG e EAS/AS. As formações engajaram 77 participantes, 27 por cento dos quais eram mulheres. A actividade ficou aquém da meta inicialmente prevista (100) uma vez que, por sobreposição de agenda, não foi possível realizar a formação na Huíla.

### **NAS 7: Minorias Etno-linguísticas**

*O Programa é implementado em todo o país e as comunidades de grupos vulneráveis, como os San, nas províncias da Huíla, Cunene, Namibe e Cuando Cubango, podem ser registados e elegíveis para as TSM e actividades de Inclusão Produtiva.*

*Preparar uma estratégia de consulta e identificar os meios pelos quais os Grupos Vulneráveis afectados serão consultados e participam no desenho e implementação do Programa, se aplicável, de forma consistente com ESS7.*

- O PFPS-KWENDA beneficiou um total de 4 360 agregados familiares San e Vatwa. Destes, 41 por cento são chefiados por mulheres. O número de agregados San (1 169) representa 22 por cento do total de San que constituíram a linha de base do Programa (5 201).

- Foram efectuados diagnósticos junto da comunidade San da Província da Huíla sobre (i) planeamento de acções de produção, como fornecimento de sementes diversas (cereais, leguminosas e hortícolas) e instrumentos de trabalho, incluindo a respectiva assistência técnica no quadro do ano agrícola 2024/2025; (ii) partilha dos diagnósticos com a Administração Municipal e demais actores sociais. Fruto da partilha desse diagnóstico, a Administração Municipal de Cacula reforçou o fornecimento da Merenda Escolar em favor de crianças do ensino pré-escolar e do ensino primário.
- No Cunene (Curoca/Oncócuá) foi efectuado o diagnóstico da comunidade Vatwa com vista à implementação de acções de fomento animal.

#### NAS 10: Envolvimento das Partes Interessadas

*Implementar o Plano de Envolvimento das Partes Interessadas (PI) no decurso da implementação do Programa, que inclui a consulta às PI, a estratégia de comunicação do Programa e a gestão das reclamações.*

- Foram efectuadas consultas públicas no âmbito da triagem ambiental e social das infra-estruturas cedidas pelas Administrações Municipais para implantação de CASI nos Municípios do Buco Zau e Cassongue.

Neste Programa, assume particular importância a possibilidade de os beneficiários puderem apresentar as suas queixas sobre o processo de transferências monetárias, mas também sobre actividades relacionadas com a acção social. A **Tabela 13** apresenta o número de ocorrências registadas pelo SPEREC, bem como a taxa de resolução das mesmas.

**Tabela 13 – Número de ocorrências e taxa de resolução pelo SPEREC**

Items do Qualificador	Ano 2024		
	Número de ocorrências		
	Recebidas	Resolvidas	[%]
Notificações Administrativas	90 398	72 750	80,5
Erros de Exclusão/Inclusão	6 878	6 185	89,9
Pagamentos	1 582	312	19,7
Ética e VBG	0	0	0,0
<b>TOTAL</b>	<b>98 858</b>	<b>79 247</b>	<b>80,2</b>

Do total de ocorrências, 88,5 por cento foram tratadas. Importa referir que, este ano, foi possível sanar os pendentes referentes a pagamentos, com a reposição de 18 000 cartões multicaixa. Em anos anteriores, a taxa de resolução relativa a pagamentos era muito afectada pela dependência da emissão de novos cartões pelos respectivos bancos.

As questões de *Ética e Violência Baseada no Género* mantêm-se de difícil notificação. Trata-se de um processo de capacitação progressiva e de longo prazo junto das comunidades e também das autoridades tradicionais e instituições públicas locais.

Em 2023, o Programa procedeu a uma revisão do sistema de reclamações desde o seu ponto original na comunidade, passando pelo processamento a nível municipal e provincial e, finalmente, a nível nacional. Fruto desse exercício, registou-se a entrada em funcionamento de mais 18 linhas de atendimento telefónico, o que ajudou substancialmente a resolver as reclamações com maior celeridade e a perceber as maiores preocupações que os beneficiários enfrentam no seu quotidiano.

### 3.1. Reflexões sobre a área de Salvaguardas Ambientais e Sociais

No último ano, a área de Salvaguardas Ambientais e Sociais apresentou uma maior presença em atividades de campo relacionadas com as infra-estruturas em reabilitação, além de um foco significativo nas ações relacionadas com a componente de Inclusão Produtiva. Este facto resultou num investimento mais reduzido em atividades de capacitação e assistência técnica. Contudo, o trabalho de campo realizado (diagnósticos e visitas domiciliárias) ajudou a identificar as principais limitações enfrentadas pelos CASI e os desafios de acompanhamento/assistência técnica a ser levados a cabo pelas equipas provinciais.

**Triagens Ambientais e Sociais** | As triagens ambientais e sociais realizadas em 37 infra-estruturas a serem reabilitadas proporcionaram uma oportunidade valiosa para fortalecer laços institucionais com as Administrações Municipais. Além disso, foi possível receber *feedback* de diversas partes interessadas, incluindo autoridades tradicionais, comissões de moradores, homens, mulheres e jovens de diferentes faixas etárias. Apesar dos esforços para formalizar a cedência das infra-estruturas para fins municipais, ainda persiste a percepção de que estas são responsabilidade do IDL-FAS.

**Processo de Contratação** | O processo de contratação das empresas para a reabilitação dos CASI foi uma oportunidade única para fortalecer as relações de trabalho com a área de aquisições. Contudo, identificou-se a necessidade de alinhar resultados a serem alcançados e as responsabilidades compartilhadas entre as partes envolvidas.

O processo de inscrição das obras de reabilitação/ampliação de infra-estruturas deverá constituir a fase inicial do processo sob pena de não se obter o licenciamento em tempo útil.

O período pós-contratação revelou as limitações enfrentadas pelas empresas de construção, candidatas e contratadas, em relação à preparação dos Planos de Gestão Ambiental e Social das Empresas (PGAS-E). A não-conformidade dos PGAS-E com os padrões orientados contratualmente resultou em um investimento significativo de tempo na assistência técnica às empresas, o que atrasou o início de várias obras, que começaram sem os PGAS-E aprovados pelo Banco Mundial.

**Capacitação e Especialização** | Um dos factores que mais impacto teve no desempenho ambiental e social do Programa foi a ausência de um especialista ambiental na equipa de Salvaguardas. Para mitigar essa limitação, foi estabelecido um acordo com o Projecto do MINEA, que cedeu um especialista ambiental para colaborar com a equipa do FAS. Essa parceria foi uma mais-valia para o fortalecimento da capacidade da área, na medida em que permitiu que se aprimorassem as ferramentas de monitoria.

**Registo e Tratamento de Ocorrências** | O desempenho da equipa em relação ao registo e tratamento de reclamações apresentou resultados animadores ao longo do ano. No entanto, identificou-se a necessidade de um investimento adicional em formação e, principalmente, na conscientização das equipas sobre a importância desse processo. Essa conscientização é crucial, especialmente diante das inúmeras limitações enfrentadas pelos Departamentos Provinciais, que se intensificam à medida que aumenta número de municípios sob sua responsabilidade.

## 4. EXECUÇÃO FINANCEIRA

O Programa tem estado a operar com o financiamento disponibilizado pelo Banco Mundial (BM), cujo nível de desembolso é da ordem dos 99,5 por cento. Durante o ano, o Governo de Angola efectuou dois desembolsos de 3,5 mil milhões de Kwanzas, perfazendo um total de 7 mil milhões de Kwanzas.

O valor da Despesa de 2024 corresponde a uma taxa de execução do orçamento planificado para este ano (USD 141 639 826,00) na ordem de 61,0 por cento, essencialmente com fundos disponibilizados pelo Banco Mundial. A **Tabela 14** reflecte a despesa anual do Programa no presente ano.

**Tabela 14 – Despesa anual do Programa**

Componente / Actividades	Despesa Anual			
	Planificado	Executado	Execução	Executado
	[USD]	[USD]	[%]	[AOA]
<b>1. Programa de transferência monetária</b>	<b>130 861 826</b>	<b>80 957 250</b>	<b>61,9</b>	<b>70 625 718 547</b>
1.1. Principais sistemas de entrega permanente	4 033 750	3 400 691	84,3	2 966 704 593
1.2. Programa de transferência monetária	126 828 076	77 556 559	61,2	67 659 013 954
<b>2. Desenvolvimento da rede de segurança</b>	<b>6 703 000</b>	<b>2 878 164</b>	<b>42,9</b>	<b>2 510 860 987</b>
2.1. Inclusão Produtiva	1 506 400	224 263	14,9	195 643 201
2.2. Municipalização da Acção Social	5 196 600	2 653 901	51,1	2 315 217 786
<b>3. Implantação e gestão do projecto</b>	<b>4 075 000</b>	<b>2 875 820</b>	<b>70,6</b>	<b>2 508 816 121</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>141 639 826</b>	<b>86 711 234</b>	<b>61,2</b>	<b>75 645 395 655</b>

A **Tabela 15** reflecte a evolução das despesas anuais do Programa. Em 2024, o Programa registou despesas anuais de USD 86 711 234,00 um incremento não muito significativo na ordem de 5 por cento relativamente a 2023, quando comparados em Dólares Norte-Americanos. No entanto, em Kwanzas, nota-se uma evolução significativa na ordem dos 28 por cento.

A pouca diferença registada nos valores das despesas em USD deveu-se especialmente a variações cambiais. Isso significa que, na moeda do país, o valor gasto aumentou bastante, o que é um dado muito importante. Esse aumento na despesa na moeda local deveu-se, em grande parte, a uma mudança feita pelo Governo através do Decreto Presidencial nº 132/23, de 1 de Junho. Com essa medida, as famílias passaram a receber um valor maior por mês. Passaram a receber 11 000 Kwanzas mensais, um aumento de 2 500 Kwanzas.

Tabela 15 – Evolução de Despesas Anuais do Programa

Componente / Actividades	Orçamento do PAD	Comparação das despesas por ano				
		Executado				
		2022	2023	2022	2023	2024
		[USD]	[USD]	[AOA]	[AOA]	[AOA]
1. Programa de transferência monetária	72 035 799	76 693 841	80 957 250	10 324 445 790	51 119 097 912	70 625 718 547
1.1. Principais sistemas de entrega permanente	2 574 827	1 016 258	3 400 691	1 274 539 261	677 371 427	2 966 704 593
1.2. Programa de transferência monetária	69 460 972	75 677 583	77 556 559	34 383 180 947	50 441 726 485	67 659 013 954
2. Desenvolvimento da rede de segurança	4 486 880	1 545 399	2 878 164	562 945 998	1 030 061 572	2 510 860 987
2.1. Inclusão Produtiva	31 507	1 545 399	224 263	15 595 752	1 030 061 572	195 643 201
2.2. Municipalização da Acção Social	4 455 373		2 653 901	2 205 409 586	-	2 315 217 786
3. Implantação e gestão do projecto	3 883 905	3 748 005	2 875 820	1 922 533 138	2 498 174 802	2 508 816 121
TOTAL GERAL	80 406 584	81 987 245	86 711 234	12 809 924 926	54 647 334 286	75 645 395 655

Entretanto, a despesa acumulada é de USD 258 064 437,00, correspondendo a cerca de 81 por cento do orçamento global do Programa financiado pelo Banco Mundial, como reflectido na [Tabela 16](#).

Tabela 16 – Despesas Acumuladas do Programa

Componente / Actividades	Orçamento do PAD [USD]	Despesas Acumuladas		
		Executado	Execução	Executado
		[USD]	[%]	[AOA]
1. Programa de transferência monetária	264 000 000	234 519 648	88,8	154 479 100 691
1.1. Principais sistemas de entrega permanente	10 000 000	8 383 246	83,8	5 522 080 192
1.2. Programa de transferência monetária	254 000 000	226 136 402	89,0	148 957 020 499
2. Desenvolvimento da rede de segurança	40 000 000	11 228 729	28,1	7 396 412 082
2.1. Inclusão Produtiva	4 000 000	1 635 813	40,9	1 077 517 058
2.2. Municipalização da Acção Social	36 000 000	9 592 916	26,6	6 318 895 024
3. Implantação e gestão do projecto	16 000 000	12 316 060	77,0	8 112 641 687
TOTAL GERAL	320 000 000	258 064 437	80,6	169 988 154 460

## 5. PREPARANDO A SEGUNDA FASE DO KWENDA

Em 2024, o Governo de Angola solicitou ao Banco Mundial apoio para a implementação do Projecto de Melhoria do Sistema de Protecção Social para o Capital Humano e Resiliência – KWENDA II, dando continuidade ao sucesso obtido ao longo dos quatro anos de execução do Programa de Fortalecimento do Sistema de Protecção Social - KWENDA (PFPS-KWENDA).

A solicitação de apoio ao Banco Mundial implicou um esforço adicional por parte da equipa do KWENDA. Paralelamente às actividades de encerramento do Programa em curso, a equipa dedicou-se intensamente à preparação da documentação técnica e à condução de negociações estratégicas. Este trabalho visou garantir a formulação de uma proposta robusta, capaz de assegurar a sustentabilidade dos impactos já alcançados e de consolidar as bases para o fortalecimento do Sistema Nacional de Protecção Social.

A proposta do KWENDA II, aprovada pela Direcção do Banco Mundial em Setembro deste ano, deverá ser executada no período 2025–2029, com um financiamento de USD 400 milhões do Banco Mundial (através do BIRD) e USD 120 milhões dos Recursos Ordinários do Tesouro (ROT).

O seu objectivo principal é o de aumentar o acesso das famílias pobres e vulneráveis a oportunidades que contribuam para a construção do capital humano, o fortalecimento da resiliência e o reforço do sistema de protecção social em Angola.







📍 Rua do IFAL, Edifício da ENAPP - Talatona, Luanda Angola.

☎ +244 943 877 969

@ comunicacao.fas@fas.co.ao

🌐 fasangola.com

f facebook.com/fas.angola/

in ao.linkedin.com/company/fas-angola

@ instagram.com/fas.official/

📺 youtube.com/@fasangola5976

📞 +244 943 877 969